



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 089

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE AGOSTO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 089

83ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 14

Dep. Mário Roque 16

Dep. Professor Lemos..... 17

Dep. Douglas Fabrício 17

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 19

Dep. Elio Rusch 21

Dep. Stephanes Júnior 23

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 23

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 14

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 18

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 20

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 22

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira..... 25

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello..... 26

Liderança do PMDB

Dep. Teruo Kato..... 28

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 29

Discussão/Votação

Redação Final 30

2ª Discussão 30

1ª Discussão 31

Requerimentos 31

Encerramento da Sessão: 33

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 33

Atas de Comissões

Constituição e Justiça 34

DIÁRIO Nº 089

83ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE AGOSTO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista,

Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Elton Welter, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Miltinho Pupio, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo e Plauto Miró (07)

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Sob o nº GS 1001/09 do Sr. Valter Biachini - Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida, que solicita esclarecimentos sobre o nível mínimo de resíduos de agrotóxicos nos organismos de mulheres e crianças. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 828/09

SÚMULA:

Propõe ao Governo do Estado a ampliação do uso dos créditos de ICMS gerados pelos produtores rurais na aquisição de óleo diesel e de maquinários agrícolas.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, a edição de medida visando a ampliação de uso dos créditos de ICMS gerados pelos produtores rurais na aquisição de óleo diesel e de maquinários agrícolas, tornando possível que esses créditos sejam comprados por outras empresas que não sejam somente as adquirentes de produtos agrícolas, considerando que:

1 - o produtor rural tem dificuldade de utilização do crédito de ICMS gerado na aquisição de óleo e de maquinários agrícolas;

2 - tal fato ocorre em razão do produtor só poder transferir os créditos de ICMS à empresas com a qual possui relações comerciais, ou seja, para as empresas que ele vendeu sua produção no período em que gerou o crédito;

3 - a maioria das empresas adquirentes de produtos agrícolas são exportadoras, as quais já detém um grande volume de crédito de ICMS acumulado, o que causa o desinteresse dessas em adquirir os créditos de ICMS dos produtores;

4 - com a falta de interesse das empresas adquirentes de produtos agrícolas e a impossibilidade de outros mecanismos de utilização do crédito de ICMS, o produtor rural tem acumulado significativas perdas financeiras, de vez que, embora tenha o direito aos créditos, não tem como utilizá-los, sendo esses créditos, em sua grande maioria, fulminados pela prescrição.

A presente proposta atende reivindicação do Sindicato Rural Patronal de Cascavel, que através do Ofício nº 038/D-09, subscrito pelo seu Presidente, Sr. Nelson Emílio Menegatti, manifesta preocupação da classe com respeito ao assunto exposto.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

INDICAÇÃO Nº 829/09

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, que seja ampliada a possibilidade de negociação dos créditos do ICMS gerado na aquisição de óleo diesel e maquinários agrícolas, conforme especifica.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se respeitosamente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda para solicitar o que segue:

1 - Seja ampliada a possibilidade de negociação dos créditos do ICMS gerado na aquisição de óleo diesel e maquinários agrícolas, conforme arrazoado do Sindicato Rural Patronal de Cascavel, em anexo.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal proposição visa ampliar a possibilidade de negociação do ICMS, o que beneficiaria de forma imediata e direta os produtores rurais paranaenses, conforme arrazoado em anexo.

INDICAÇÃO Nº 830/09**SÚMULA:**

Requer ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião que determine a liberação das servidoras públicas estaduais gestantes, durante o período de inverno, do cumprimento da jornada de trabalho, como forma de prevenção do contágio da gripe A.

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná que determine a liberação do cumprimento da jornada de trabalho das servidoras públicas estaduais gestantes, até 22 de setembro do corrente, durante o período de inverno, como medida preventiva ao contágio com o vírus H1N1, causador da gripe A.

Dados epidemiológicos referentes à atual pandemia da gripe A demonstram que os casos de agravamento desta enfermidade são mais frequentes em mulheres grávidas, caracterizando-as como grupo de risco. Considerando estes dados e os estudos que indicam um provável pico da incidência de casos ainda neste período de inverno, dado as características climáticas, de nosso Estado, o afastamento preventivo destas servidoras de seus locais de trabalho torna-se medida relevante e de proteção e de maior tranquilidade no âmbito de administração estadual.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO Nº 831/09**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a aquisição de uma nova ambulância para o Município de Nova Londrina.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, afim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Segurança Pública que determinem a compra de uma nova ambulância para o Município de Nova Londrina, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Seja devido ao crescimento populacional, seja devido ao desenvolvimento natural da região, aumentaram, de modo significativo, os atendimentos na área da Saúde no Município de Nova Londrina. Nesse sentido, torna-se indispensável à aquisição de uma nova ambulância para esse Município. Com efeito, essa medida possibilitará o atendimento das ocorrências em Nova Londrina de modo satisfatório. Certos de contar com o prestimoso apoio do Governo do Estado do Paraná, apresentamos a V. Exas. nossa solicitação.

INDICAÇÃO Nº 832/09**SÚMULA:**

Propõe o repasse de recursos financeiros e materiais à Fundação Hospitalar Harry Greipel, com sede no Município de Piên.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Secretário Estadual da Saúde, Gilberto Martin:

O Deputado Francisco Bühler, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião e ao Secretário Estadual da Saúde, Gilberto Martin, reivindicando o que segue:

1 - Transferências de recursos financeiros de ordem de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais) à Fundação Harry Guido Greipel, com sede no Município de Piên.

2 - Os recursos solicitados proverão à conclusão das obras do Hospital Harry Guido Greipel e aquisição de equipamentos médico-hospitalares, cuja composição original do projeto prevê a oferta de serviços de saúde para toda a região.

3 - Tal solicitação reitera emenda legislativa apresentada por este Deputado e incluída no orçamento do Governo do Estado, neste exercício.

4 - A Fundação Harry Guido Greipel é reconhecida como entidade de utilidade pública estadual, através da Lei nº 14119/03, desta forma de idoneidade reconhecida, bem como a conjunção de critérios estabelecidos por órgãos superiores e regulamentadores, nestes a Fundação se enquadra.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

Requerimentos**REQUERIMENTOS Nº 3843**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, autorização para utilização de plenário principal da ALEP, para realização de Audiência Pública, às 9h da manhã, do dia 23/09/09.

Tal audiência será promovida pela Comissão de Segurança da ALEP e Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas do Estado do Paraná, com tema: “O Subsídio como Forma de Remuneração aos Policiais Militares” e contará com a presença de diversas entidades representativas do setor de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTOS Nº 3857

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o encaminhamento e aprovação de expediente para realização de Audiência Pública nas dependências do Plenário desta Casa Legislativa, a realizar-se no próximo dia 23 de setembro do corrente, no período das 08h30 às 12h, sob o tema implantação do subsídio como forma de remuneração dos servidores militares.

A remuneração dos servidores militares sob a forma de subsídio é prevista na Constituição Federal através de seu artigo 144, parágrafo 9º, combinado com o parágrafo 4º do artigo 39 da mesma Carta Magna do País. O Estado do Paraná até o momento não regulamentou este dispositivo constitucional, recebendo inclusive Notificação Judicial Cível nº 0480892-0 referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão perante o Supremo Tribunal Federal.

Desta forma, faz-se urgente a realização de Audiência Pública sobre o tema, no sentido de possibilitar o entendimento do legislativo estadual, em especial a Comissão Permanente de Segurança Pública desta Casa, e dos segmentos envolvidos na busca de soluções que restabeleçam a legalidade referente à remuneração da categoria, resultando numa maior valorização dos servidores militares do Paraná.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(aa) ADEMIR BIER

PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTOS Nº 3861

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o encaminhamento e aprovação de expediente para realização de Audiência Pública nas dependências do plenário desta Casa Legislativa, a realizar-se no próximo dia 21 de setembro do corrente, no período das 08h30 às 12h, sob o tema pagamento de precatórios aos servidores públicos estaduais.

O não pagamento dos créditos precatórios pelos Governos tem sido tema de grande polêmica em todo País,

em especial aos servidores aposentados que não conseguem receber a dívida, causando imensos transtornos à categoria. Saliente-se que nos casos dos aposentados a situação torna-se ainda mais por se tratar, na maioria dos casos, de idosos que podem chegar a não receber os precatórios.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTOS Nº 3862

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o encaminhamento e aprovação de expediente para realização de Audiência Pública nas dependências do plenário desta Casa Legislativa, a realizar-se no próximo dia 30 de setembro do corrente, no período das 08h30 às 12, sob o tema Estatuto da Igualdade Étnorracial do Estado do Paraná.

A aprovação e implementação de um Estatuto da Igualdade Étnorracial do Estado do Paraná faz parte dos anseios de inúmeros segmentos organizados da sociedade civil, em especial os movimentos sociais, o movimento negro, as comunidades remanescentes de quilombolas, entre outros. A tramitação dos Projetos de Lei nº 036/09, 235/09 e 301/09, de autoria deste Parlamentar e referentes a essa temática, requerem o envolvimento da sociedade na sua discussão e aprimoramento a fim de contribuir para o adequado processo legislativo.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(aa) PROFESSOR LEMOS

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTOS Nº 3842

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificar ausência na Sessão Ordinária realizada no dia 10 de agosto do corrente ano, em virtude de compromissos oficiais (reuniões) assumidas no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) MÁRIO ROQUE

REQUERIMENTOS Nº 3856

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a justificativa de ausência em Sessão Plenária do dia 12 de agosto do corrente ano, para participar de uma reunião com o Sr. Alexandre Gomes de Barros, Diretor da Agência Nacional de Avaliação Civil - ANAC, para tratar de assuntos referentes à implantação do Aeroporto de Cargas do Paraná.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3820

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Iracy Langue Silvério.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu aos 83 anos de idade a Sra. Iracy Langue Silvério, era viúva do saudoso Deputado Erondy Silvério, filha de João Langue e Ana Binoer Langue.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, assim era Dona Iracy Langue Silvério.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes querido, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e a sua labuta diária.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Dona Iracy, endereçada a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3822

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Faisal Brahim, ocorrido no último dia 08 nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, bem como o Dr. Jair Cirino dos Santos, Presidente do Coritiba Foot Ball Club.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 08 último faleceu, aos 73 anos de idade, o empresário Sr. Faisal Brahim, era filho de Camel Ali Brahim e Alice Miguel Brahim. Deixa dois filhos e um neto.

Faisal era membro vitalício do Conselho Deliberativo do Coritiba Foot Ball Club. Faisal sempre doou seu tempo e suas ideias para o seu amado clube. Sempre homenageando as personalidades da história Coritiba nos tradicionais jantares de início de mês, dos amigos do Coxa, foi dele a iniciativa de juntar os craques do passado e seus torcedores de forma descontraída e merecedora de aplausos.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador.

Permaneceremos, porém, fiéis a sua memória e os seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússula na luta pelo bem estar de nossa gente.

Rogamos ao Pai celeste, que nossos amigos e familiares de Faisal Brahim, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento difícil.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Brahim, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3823

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, REQUERER a emissão de votos de pesar à família do Sr. João Milanez, um dos fundadores do jornal Folha de Londrina, jornalista influente e pioneiro nas comunicações do interior do nosso Estado. Figura importante, atuante da sociedade paranaense, homem democrático e influente.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 3830

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Aparecida Taborda França, ocorrido no dia 27 de julho, aos 94 anos.

Tia Marita como era conhecida, era uma das maiores damas da sociedade paranaense. Mulher culta, inteligente e mecenas das letras e das artes, promovia reuniões semanais para discutir-se de livros a quadros, da situação política à última visita de sua alteza imperial ao Paraná.

Alma iluminada, advogada pioneira, profunda conhecedora de música, deixa uma grande lacuna na vida intelectual curitibana.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3831

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Wilmar Otto Michaelis aos 69 anos.

O Tenente-Coronel PM Dr. Wilmar Otto Michaelis, era dentista e chefe da Policlínica Odontológica do Centro Odontológico da Polícia Militar do Paraná.

Filho de Otto Willi Michaelis e Maria Turim Michaelis, deixa viúva a Sra. Roseli Varassin Michaelis.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3839

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. José Niczay Sobrinho, ocorrido no último dia 08/08/09.

José Niczay Sobrinho ou Nick como era conhecido por todos, era empresário do ramo de alimentação, proprietário da Nick Costela, uma das casas mais tradicionais em Curitiba, que tinha em seu dono o espelho da simpatia, do bom atendimento, da amizade estampada no eterno sorriso das pessoas de bem com a vida, um lutador que conquistou o coração dos curitibanos através do seu carisma e simplicidade, um empreendedor que não tinha medo do trabalho, fazia isto com alegria e prazer, recebendo a todos como um mestre, um mestre na arte de fazer amigos.

Deixa viúva a Sra. Josete Maria Niczay, o filho Eros e dois netos

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3847

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições e regimentais, REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja consignado na ata da presente Sessão votos de profundo pesar à família de Flávio Ettore Giovine pelo seu falecimento, aos 85 anos, em 09/08/09.

Esta Casa reverencia a memória do Deputado Flávio Ettore Giovine, cuja carreira política brilhante - foi Vereador no Município de Paranavaí e Deputado Federal - só fez coroar uma vida pessoal de realizações e conquistas. Deixa 7 (sete) filhos, 15 (quinze) netos, e 12 (doze) bisnetos, e um legado exemplar de profissionalismo e dedicação à comunidade de Paranavaí que honra a história da família Giovine, uma das pioneiras nesse Município. O Deputado Teruo Kato e esta Casa de Leis, associando-se às manifestações de profundo pesar, apresenta à família enlutada suas mais sinceras condolências.

Requer à mesa, por fim, o envio de cópia deste documento à família Giovine.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 3852

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER aprovação de pesares da Assembleia Legislativa à família de Adeli Genésio Pugliese, pelo seu falecimento ocorrido na Cidade de Umuarama/PR.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 3853

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER aprovação de pesares da Assembleia Legislativa à família de Orlando Bogo, pelo seu falecimento ocorrido na Cidade de Umuarama/PR.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 3854

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER aprovação de pesares da Assembleia Legislativa à família de Iukiyasu Okada, pelo seu falecimento ocorrido na Cidade de Umuarama/PR.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 3858

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família Xavier pelo falecimento da Sra. Erondina Oliveira Xavier, ocorrido no dia 06/08/09, no Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 3821

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Cruzeiro do Oeste pela comemoração, no próximo dia 26/08/09, do seu 57º aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Carlos Becker de Oliveira e Silva, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Valter Pereira da Rocha bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderá haver dia de festa mais jubiloso do que o próximo dia 26 de agosto, quando o Município de Cruzeiro do Oeste estará completando seus 57 anos.

Saudamos efusivamente o Sr. Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e todos os Srs. Vereadores, desse importante Município, que vem sendo muito bem administrado por pessoas competentes cuja luta é inspirada pelo desejo de bem servir.

Rendemos nossa homenagem e manifestamos nossa gratidão a todos aqueles que continuam dando sua parcela de contribuição para o progresso do Município.

Que Deus ilumine seus administradores, pois os ensinamentos divinos sendo cumpridos fielmente sintetizam a maior expressão de dignidade e da afirmação da vida.

Ao contentamento do povo honesto e trabalhador de Cruzeiro do Oeste, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, pois, estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO N° 3825

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações ao Sr. Angelo Volpi Neto pelo lançamento do livro A Vida em Bits.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Angelo Volpi Neto pelo lançamento do livro A Vida em Bits, sua segunda obra trata de tudo da informática, do documento eletrônico aos blogs, através de 98 artigos sobre vários temas, torna-se um manual de instrução àqueles que navegam na internet sem dominá-la. Tabela de notas em Curitiba, autor também do livro Comércio Eletrônico Direito e Segurança, professor de pós-graduação na Universidade Pontifícia Universidade Católica do Paraná e do Instituto Brasileiro de Estudos da UNISINOS/RS, é ainda conselheiro da União Internacional do Notariado e membro da Comissão Notarial do Brasil e atual vice-presidente da Associação de Notários e Registradores do Brasil.

REQUERIMENTO N° 3826

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações a Indústria de Água Mineral Timbu.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Indústria de Água Mineral Timbu, na pessoa de sua sócia-proprietária Sra. Maria Alice Silveira Carneiro, pela certificação ISO 9001:2008, tornando-se a primeira empresa de água mineral do

Paraná a adequar-se às normas técnicas que estabelecem um modelo de gestão de qualidade para a organização, auxiliando na melhoria dos processos do sistema de administração, processo que durou um ano e resultou no aprimoramento do envase dos 600 mil galões de 20 litros ao ano e de toda a sua linha de produtos desde os caminhões que entram na empresa até o produto final.

REQUERIMENTO N° 3827

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações ao Prof. Zair Cândido Netto.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Prof. Zair Cândido Netto, supervisor de esporte e cultura das Escolas Positivo, que atende a 4 mil alunos participantes de atividades extracurriculares, objetivando o desenvolvimento motor, a capacidade de concentração, a agilidade nos movimentos e a facilidade para o trabalho em equipe. Seu trabalho reflete diretamente na obtenção de melhores resultados no processo de aprendizagem de seus alunos e no maior desenvolvimento escolar, tornando a entidade referência nas artes, nos esportes e na educação.

REQUERIMENTO N° 3828

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações a UniBrasil Vôlei.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a UniBrasil Vôlei, na pessoa de seu técnico Sr. Fábio de Almeida e todas as suas atletas, que conquistaram de forma invicta o título de campeãs dos Jogos Universitários Paranaense de 2009, realizados em Guarapuava, sendo este seu primeiro título universitário. Com esta conquista a equipe obteve o direito de representar o Estado na próxima edição das Olimpíadas Universitárias Brasileiras que serão realizadas em Fortaleza no Ceará.

REQUERIMENTO N° 3829

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações a Guarda Municipal de Curitiba pelos 23 anos.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Guarda Municipal de Curitiba pelos 23 anos, na pessoa do Secretário de Defesa Social Sr. Itamar Santos, que no comando desta corporação desenvolve e implementa políticas que promovem a

proteção ao cidadão, articulando e integrando os organismos governamentais e a sociedade de forma motivadora, visando organizar e ampliar a capacidade de defesa ágil e solidária das comunidades de Curitiba e dos próprios municípios, salvaguardando a vida, maior patrimônio. Com uma equipe de valorosos guardas, coloca em prática vários projetos de defesa comunitária desenvolvidos por estes de forma voluntária, sua atuação além de educativa, busca também a participação ativa dos municípios, abrindo desta forma um canal de comunicação para articular e principalmente auxiliar no encontro de alternativas para o seu bem estar social.

REQUERIMENTO N° 3832

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações a Sra. Marisa Mary Ravaglio.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Marisa Mary Ravaglio, presidente do Lions Clube de Curitiba Gama, que deixa seu cargo após ter realizado ações de interesse da comunidade, sempre de forma a assistir os mais necessitados com programas nas mais diversas áreas, incentivando o bom relacionamento entre as pessoas e difundindo a fraternidade entre os povos, cumprindo um papel de suma importância na sociedade, destacando-se pelo caráter humanitário exercido, crescendo com qualidade e formando um contingente de companheiros engajados nos projetos desenvolvimento em sua gestão.

REQUERIMENTO N° 3833

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações a Sra. Bertilha Boscardim Pereira pelo livro Casa dos Gerâneos.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Bertilha Boscardim Pereira pelo livro Casa dos Gerâneos, que neste exemplar relata a sua história sobre os imigrantes italianos que fundaram Santa Felicidade. Os Boscardim das casas históricas e seus moinhos, de Santa Bertilha e dos costumes da época, tendo um vasto material e utilizando como título a famosa residência do bairro, estas edição demonstra a estreita relação da autora com a comunidade italiana do bairro e o seu dom natural para a literatura, com a qualidade dos escritores de visão e que tem o comprometimento com os fatos históricos.

REQUERIMENTO N° 3834

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações a M. Zandonai Construtora.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a M. Zandonai Construtora, demonstrando seriedade e ousadia, referência no mercado imobiliário, atua na elaboração de projetos arquitetônicos, no gerenciamento, administrativo e supervisão até a execução final da obra, atuando com excelência operacional e rentabilidade, uma excelente opção de satisfação na execução de empreendimentos, com respeito ao consumidor, à sociedade e ao meio ambiente, demonstra a sua responsabilidade como agente gerador de empregos e de qualidade de vida.

REQUERIMENTO N° 3835

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações ao Realejo Culinária Acústica.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Realejo Culinária Acústica, que transmite à sociedade curitiba, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Com um cardápio ideal para quem procura comida, diversão e arte, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos e os apreciadores da boa música, conquistando-os com a qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, uma referência da boa gastronomia.

REQUERIMENTO N° 3836

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações ao Informativo Conexão Saúde.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Informativo Conexão Saúde, que tem a jornalista Mariana Lazaro como responsável pela divulgação das notícias da Casa de Saúde Dr. João Lima do Município de Cornélio Procopio. Tablóide de publicação bimestral traz em seu conteúdo matéria relativa a divulgação dos serviços que a casa de saúde realiza, amparado em textos assinados por médicos e especialistas nas áreas de abrangência da instituição, tem formato direto e conciso que facilita ao leitor o seu entendimento e compreensão.

REQUERIMENTO N° 3837

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações ao INPRE - Instituto Prevenir de Responsabilidade Socioambiental.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao INPRE - Instituto Prevenir de Responsabilidade Socioambiental, uma OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público) constituída para promover o nível de conhecimento sobre os benefícios da atividade física para a saúde e o nível de atividade física da população, lutando contra o sedentarismo, principal inimigo da Saúde Pública, através da parceria com o Programa Agita, onde o mote é “30 minutos que fazem a diferença”, provocando mudanças no estilo de vida das pessoas e evitando doenças com uma vida mais ativa.

REQUERIMENTO N° 3838

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações a Comissão Organizadora da Festa de São Cristovão.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Comissão Organizadora da Festa de São Cristovão e aos seus representantes, Pe. Elmo Heck e o casal Osires e Terezinha Budel, realizadores de um evento religioso popular que é a expressão do sentimento de fé ao patrono dos viajantes. Uma festa da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Bairro do Butiatuvinha a um dos 14 Santos Ajudantes, São Cristovão, que apareceram para Santa Joana D’Arc e foi o carregador de Cristo ao atravessar um rio, motivo pelo qual é invocado por todos antes de realizarem uma jornada.

REQUERIMENTO N° 3860

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Valter Bianchini, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, relativamente ao Programa Leite das Crianças, prestação de informações complementares ao requerimento apresentado em 13/07/09, para que também seja informada a quantidade de litros de leite distribuídos por Município a partir de 2003, mês a mês e qual os respectivos fornecedores, por Município.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, ADEMIR BIER, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, FERNANDO SCANAVACA, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 388/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual do COPEFI - Conselho de Pastores Evangélicos de Foz do Iguaçu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O COPEFI - Conselho de Pastores Evangélicos de Foz do Iguaçu, é uma associação filantrópica, comunitária, representativa, de assistência social, com fins não econômicos, que congrega ministros das Igrejas Evangélicas. Com finalidade de proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; ações de prevenção, habilitação; reabilitação e integração à vida comunitária de pessoas portadoras de deficiências; a integração ao mercado de trabalho; a assistência educacional ou de saúde; o desenvolvimento da cultura; o atendimento e assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social e a defesa e garantia de seus direitos.

Com esta finalidade, solicitamos apoios dos nobres Pares desta Casa, para aprovação do projeto que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 389/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Centro de Formação Sócio-Ambiental - AMARÉ, com sede e foro no Município e Comarca de Paranaguá-PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Formação Sócio Ambiental - AMARÉ com sede na Ilha do Mel, Município e Comarca de Paranaguá, foi fundado em 18/06/05 e desde então vem sendo uma referência para todas as comunidades das ilhas que compõe nosso litoral.

A entidade já foi declarada de utilidade pública pelo Município de Paranaguá em 2007. A entidade AMARÉ desenvolve inúmeras atividades sociais e educacionais de

extrema relevância para os ilhéus. Pode-se destacar a pré-escola para crianças de 4 a 6 anos, programa de higienização e controle sanitário para os alimentos servidos na Ilha do Mel em parceria com a Universidade Estadual de Londrina, participou ativamente na organização da população nas discussões sobre o projeto de lei sobre uso e ocupação do solo da Ilha do Mel.

Enfim a atuação e a contribuição para o desenvolvimento e a dignidade da pessoa humana na Ilha do Mel pela AMARÉ é notória, cabendo a esta Casa o reconhecimento deste título de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 390/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O serviço de transporte intermunicipal de cadáveres, inclusive a comercialização de caixões, urnas funerárias e a prestação de outros serviços a ele complementares, são livres à iniciativa privada, vedada a garantia de exclusividade em virtude da localização da empresa que o realize.

Art. 2º As leis municipais que dispuserem sobre o serviço funerário não poderão assegurar às empresas locais a exclusividade no transporte de cadáveres para fora dos respectivos Municípios.

Art. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O transporte de cadáveres, assim como a comercialização de caixões, urnas funerárias e afins conta com um comércio abundante em todos os Municípios do Estado. Ocorre que as famílias, nesta hora tão difícil e de forte comoção, por vezes acham por bem contratar o serviço funerário em seu Município, que difere do local do óbito.

O presente projeto de lei tem por objetivo facultar aos cidadãos paranaenses a possibilidade de eleger o serviço funerário que melhor lhe aprouver, principalmente quando o óbito ocorreu em Município diverso daquele em que reside.

PROJETO DE LEI Nº 39109
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Considerando a necessidade do direito social à moradia, tendo como embasamento o disposto na Lei Federal nº 11888 de 24/12/08 e a Constituição Estadual, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná estabelece:

Art. 1º Fica assegurado o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social à moradia, previsto no artigo 6º da Constituição Federal e, concomitantemente ao especificado pelo artigo 4º, inciso V, alínea “r”, da Lei nº 10257, de 10/07/01, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências e o disposto na Lei Federal nº 11888, de 24/12/08.

Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

§ 1º O direito à assistência técnica previsto no *caput* abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo e engenharia e necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização edilícia da habitação.

§ 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo objetiva:

I - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação junto ao Poder Público Municipal e outros órgãos públicos;

III - evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse social;

IV - propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental.

Art. 3º A garantia do direito previsto no artigo 2º deve ser efetivada mediante o oferecimento pelo Estado do Paraná, de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura e urbanismo e engenharia.

§ 1º A assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou às cooperativas, sindicatos ou associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem.

§ 2º Os serviços de assistência técnica devem priorizar as iniciativas a serem implantadas:

I - sob regime de mutirão;

II - em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social;

III - em Municípios com déficits habitacionais superiores a 10% (dez por cento) do déficit em relação às famílias incluindo ônus excessivo de aluguel.

§ 3º A ação do Estado para o atendimento do disposto no *caput* deve ser planejada e implementada de forma coordenada e sistêmica, com as políticas habitacionais da União e Municípios, afim de evitar sobreposições e otimizar resultados.

§ 4º A seleção dos beneficiários finais dos serviços de assistência técnica e o atendimento direto a eles devem ocorrer por meio de sistemas de atendimento implantados por órgãos colegiados municipais com composição paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Art. 4º Os serviços de assistência técnica previsto por esta lei devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo e engenharia que atuem como:

I - servidores públicos do Estado do Paraná;

II - integrantes de equipes de organizações não governamentais sem fins lucrativos;

III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura e urbanismo, engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios modelos ou escritórios públicos com atuação na área, objeto de convênio ou termo de parceria com o Estado;

IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pelo Estado.

§ 1º Na seleção e contratação dos profissionais, na forma do inciso IV, do *caput* deve ser garantida a participação das entidades profissionais de arquitetos e engenheiros, mediante convênio ou termo de parcerias com o ente público responsável.

§ 2º Em qualquer das modalidades de atuação previstas no *caput* deve ser assegurada a devida anotação de responsabilidade técnica.

Art. 5º Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previsto por esta lei, podem ser firmados convênio ou termos de parceria entre o ente público, responsável e as entidades universitárias nas áreas de arquitetura e urbanismo ou engenharia.

Parágrafo Único. Os convênios ou termos de parceria previstos no *caput* devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.

Art. 6º Os serviços de assistência técnica previstos nesta lei devem ser custeados por recursos do Fundo de Habitação de interesse social, instituído pela Lei Complementar Estadual nº 119, de 31/05/07, que regulamentou o Capítulo VII, artigos 212 e 213, da Constituição Estadual, direcionados a política sócio-habitacional do Estado, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados tomados em parcerias.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR

OSMAR BERTOLDI

TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Plano Nacional de Habitação, elaborado pelo Governo Federal, o déficit habitacional quantitativo do Brasil chega a 7,9 milhões de moradias, e o déficit qualitativo, a 10 milhões de moradias. Além destes dados gritados sobre o déficit habitacional, a população ainda vivencia mais um problema: a precariedade de suas moradias e a segregação das periferias dos centros urbanos. Sobre este assunto, a coordenadoria de Estudos Setoriais Urbanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ressalta que o conceito de inadequação e precariedade reflete problemas que não estão relacionados ao estoque de moradias, mas sim às suas especificidades internas. Considerando, simultaneamente, o acesso a serviços de água e esgoto e às condições de habitabilidade dos domicílios verifica-se que ainda existam no País, em 2007, cerca de 15 milhões de domicílios urbanos com condições de moradia precárias.

Segregação espacial

É justamente neste ponto que a Lei de Assistência Técnica Gratuita cumpre seu papel social, pois sua execução garantirá a construção de Cidades mais humanas, sustentáveis e planejadas, principalmente, numa sociedade que costuma segregar sua periferia dos centros urbanos e negligenciar infraestrutura. Este é o outro problema habitacional, pois diz respeito à proliferação e segregação espacial da população residente em assentamentos precários - um estudo recente contratado pelo Ministério das Cidades revelou que existem mais de 12 milhões de brasileiros morando em três milhões de domicílios localizados em assentamentos precários, nos cerca de 560 Municípios brasileiros com mais de 150 mil habitantes ou localizados em Regiões Metropolitanas. "A autoconstrução, sem assistência técnica e sem financiamento público, é um dos motivos do caos urbano, da falta de mobilidade e da destruição de áreas de preservação ambiental. Além disso, a população mais pobre e os profissionais de engenharia serão os grandes beneficiários. Os primeiros, porque são os receptores da assistência, e os segundos, porque deverão ser os prestadores de assistência e terão seu mercado e sua área de atuação de trabalho ampliada, e a população deve incorporar a assistência técnica com um direito, não como um favor do Estado ou como uma política assistencialista e pontual. A assistência à moradia é um direito social fundamental, como alimentação, saúde e educação.

Reforma urbana

Contraditoriamente, o crescimento de favelas e periferias acompanha o processo de urbanização de todo o mundo. No entanto, sem que ocorra a distribuição de renda e de terra. A favelização decorre da expulsão dos pobres do campo, que vão tentar sobreviver nas Cidades, ou então do empobrecimento das próprias populações urbanas já estabelecidas, o que se agravou, particularmente, a partir dos anos 90. "Erguer bairros precários em áreas sem infraestrutura urbana é a única saída dos pobres para enfrentar o problema de habitação, já que o

Poder Público, comprometido com os interesses e privilégios das minorias ricas e dominantes, não tem uma política urbana e habitacional votada para a maioria.

Isto posto, e salientando a relevância social e suma importância da matéria aqui elencada, solicito o total apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 392/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo obrigado a instalar placas informativas, nas obras públicas executadas pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º Nas placas deverão constar dados de identificação da(s) empresa(s) construtora(s) como inscrição estadual e endereço, bem como prazo de garantia da obra.

Art. 3º As placas deverão ter data do início e o término das obras em construção e/ou recuperação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presentes de projeto de lei visa implementar obrigatoriedade de instalação de placas informativas nas obras em construção e/ou recuperação no Estado do Paraná.

Nas placas deverão constar dados de identificação da empresa construtora como inscrição estadual e endereço, bem como deverão ter data do início das obras e o término das obras.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 393/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os serviços e obras públicas contratadas mediante concorrência pública devidamente homologada e iniciados durante a gestão de uma administração pública estadual, não poderão sofrer interrupção de continuidade após a posse do Governo subsequente.

Art. 2º A interrupção parcial ou total do disposto no artigo 1º somente ocorrerá mediante proposta devidamente justificada encaminhada pelo Executivo a Assembleia Legislativa até 30 (trinta) dias após a data de início do respectivo mandato.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como objetivo assegurar a continuidade de serviços e obras públicas por ocasião e mudança do Governo.

As obras e serviços devem ser vistos como atos impessoais visando atender ao interesse coletivo, não podendo ficar à mercê de caprichos políticos-partidários ou ideológicos. A simples interrupção ou a paralização de obras bem como a suspensão de serviços públicos, importa em grande prejuízo a sociedade, visto que são canalizados vultosos investimentos, contratos são firmados, mão-de-obra contratada e empréstimos contraídos.

É de se ressaltar que, além dos motivos aqui salientados, existem outros de suma importância e, os malefícios recaem diretamente sobre a população, haja visto os transtornos causados com as obras inacabadas e os serviços não prestados.

Para salvaguardar o interesse público, costumeiramente esquecido e ultrajado por governantes que paralizam obras sem a menor justificativa administrativa, e sim por motivos político-partidários, é que apresentamos este projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 394/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Dispõe sobre a obrigatoriedade da obra pública só poder ser inaugurada, pelo Poder Executivo, quando o serviço, para o qual foi construída, esteja preparado para o pleno funcionamento imediato.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada, visa garantir que o serviço executado pelo Poder Executivo só poderá ser entregue em perfeito funcionamento.

Existem muitas obras que são inauguradas sem a instalação de todos equipamentos, tornando a utilização comprometida.

O projeto irá beneficiar todos os paranaenses que ao final da conclusão da obra, poderão usufruir realmente dela.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Antes de passar a palavra ao Deputado Antonio Belinati, queria ratificar o convite ao Srs. Deputados. Encaminhamos um expediente a todos os gabinetes, convidando os assessores dos Srs. Deputados para participarem amanhã, às 9h, de uma reunião no salão nobre, onde estaremos com os nossos técnicos ultimando os detalhes do Programa do Portal da Transparência, para terminarem com algumas dúvidas que ainda alguns têm para a confecção dessa documentação. Conforme já dissemos, vamos lançar, cumprindo a programação e atendendo os clamores insistentes da boa parte da imprensa. Deveremos lançar esse programa no mês de agosto. Quero crer que amanhã será a última reunião antes do lançamento do programa.

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Deputado Nelson Justus; Dr. Batista, esse médico humanitário; Deputado Jonas; colegas; paranaenses que acompanham os trabalhos parlamentares por meio da televisão.

Recebo e presto aqui a homenagem ao Sr. Pastor José Pimentel de Carvalho, Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Curitiba, que está convidando para os 80 anos da Igreja Assembleia de Deus, em Curitiba e no Paraná. Está aqui a programação.

O CREA, por meio do grande engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini Júnior, que é o Presidente, está tendo uma atuação maravilhosa, e convida: *O Conselho de Engenharia está promovendo a Agenda Parlamentar*. É um bom programa, voltado à discussão do desenvolvimento dos Municípios do Paraná junto aos gestores públicos municipais. Parabéns ao Dr. Cabrini.

Tenho aqui do Araújo Nunes Mello: *Deputado Belinati, parabéns!* Ele está falando a respeito do projeto que apresentamos que, se aprovado e transformado em lei, obriga a instalação, em prédios públicos e privados, em igrejas, escolas, shoppings, em todo canto, do equipamento com álcool gel para evitarmos a Gripe Suína ou até outras doenças. Tomara que o nosso projeto seja aprovado.

Tenho aqui um debate público do SISMOP - Sindicato dos Servidores Públicos do Paraná. Está convidando para um debate público em defesa dos 35 mil professores que se formaram pela VIZIVALI e que, até agora, não puderam ter seu diploma ou curso reconhecido e, portanto, o diploma não tem nenhum efeito. É lamentável que muitos desses professores e professoras estão sendo demitidos por alguns Prefeitos do Paraná.

Temos também da Marlei Fernandes Carvalho, Presidente da APP, manifestando posição contrária ao Projeto nº 219/09, apresentado pelo Governador Requião. E nós vamos estar, também, solidários com a APP contra esse projeto.

Do Alcides Constantino: *Na qualidade de cidadão londrinense, solicito seu empenho no sentido de que possamos aumentar o número de Deputados que podem votar favoravelmente à proibição das embalagens long neck em nosso Estado, cuja matéria consta do projeto que será apreciado por essa Casa*. Deputado Cheida é um grande ecologista, está fazendo um trabalho muito bonito e vamos estar juntos nessa empreitada. Parabéns, Deputado Cheida.

Do Dr. Vinícius Milani Pudel, médico. Ele sabe o mal que o cigarro faz para a saúde. Então, ele está aqui batendo naquela tese para que os projetos que apresentei, depois o Requião pegou uma carona e apresentou um projeto igual, depois vieram mais Deputados que apresentaram projetos iguais, da Lei Antifumo, que já foi aprovada em São Paulo por autoria do José Serra. Que essa lei seja aprovada com urgência, para valer para todo Paraná, proibindo de uma vez por todas fumar em local fechado, para garantir a saúde de quem não é fumante e para garantir um pouco mais de vida, também, para o fumante, porque não podendo fumar em local fechado, ele vai fumar menos e provavelmente vai ter mais saúde e vai viver um pouco mais.

Então, Dr. Vinícius, parabéns pela sua manifestação. É um profissional da área da Saúde, médico, e que sabe, portanto, o mal que o tabaco, o cigarro faz para a saúde dos cidadãos. Muito obrigado.

Como é bom receber e-mails para poder atender, aqui, as manifestações, das mais diferentes, e sobre os mais variados assuntos dos cidadãos e cidadãs do Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Muito obrigado pela deferência, Presidente Nelson Justus.

Temos e-mail do Ismael Correia de Araújo: *Deputado Belinati, venho expor a minha preocupação e indignação referente ao projeto de lei em que o Governador Requião mandou para a Assembleia Legislativa para trocar os vigilantes tirar os vigilantes que estão trabalhando, guardando os prédios públicos, para colocar policiais que já se aposentaram, que estão na reserva remunerada*.

Quero aqui, meu caro Ismael Correia de Araújo, dizer que estamos contra esse projeto do Governador Requião com o nosso voto. Com o meu voto esse projeto não vai ser aprovado. Isso é a maior loucura! O Governador Requião jogar na rua mais de 6 mil e 800 vigilantes. Como eles vão arrumar outro emprego? Então, Governador Requião, dê emprego para os policiais que já trabalharam, que estão aposentados, estão na reserva remunerada, mas coloque esse policiais para combaterem os bandidos, para restabelecerem a segurança no Paraná.

Outro dia, no bairro onde moro, no Champagnat, a pouco metros do portão da casa do Governador Requião, 3h da tarde, mataram o proprietário da Churrascaria Nik. Então, a falta da segurança e a violência campeiam por todo o canto, no bairro rico, no bairro médio, no bairro pobre, e até vizinho de portão do Governador Requião.

Com muita honra, concedo um aparte ao Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Deputado Belinati, tenho acompanhado as suas manifestações com relação a esse projeto de lei, queria aproveitar a sua intervenção nesse particular para dizer que também comungo da sua expectativa: acho que o Governador Requião precisaria retirar esse projeto de pauta.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Nem vota, nem ser votado, para não constranger os Deputados da base.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Exatamente. Em um primeiro momento me parece que foi feito isso, saudamos, inclusive, com muita alegria, porque caso contrário um constrangimento muito grande causaria à Assembleia Legislativa. Não é possível privarmos os vigilantes privados do pouco que já têm de trabalho, em detrimento de uma categoria também sofrida, que é a categoria dos policiais, mas que já têm pelo menos o seu trabalho, o seu emprego e a sua aposentadoria garantida, o que não é o caso dos vigilantes.

Então, tenho conversado com muitos vigilantes e com o presidente do Sindicato dos Vigilantes, com a própria Central Única dos Trabalhadores, que advoga nessa tese também, e gostaria aqui de fazer coro a V. Exa. e dizer que também comungamos da sua posição.

Particularmente, como estamos na base aliada, votando as matérias aqui junto com o Governo do Estado, vou tentar fazer o meu papel no convencimento do próprio Governador de que deixe mão, largue para lá esse tipo de ideia, porque, de fato, vai causar um grande problema, vai vestir um santo e vai descobrir outro, como se diz na gíria.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

É importante o apoio e V. Exa., não tenha dúvida, porque V. Exa. é uma pessoa humanitária e que jamais negaria o apoio a um segmento que envolve, como já dissemos, a perda de emprego de mais de 6 mil e 800 vigilantes. É muito importante o apoio de V. Exa.

Temos e-mail sobre multa de trânsito, de Londrina. Temos aqui a correspondência da professora Eliane Lima: *Sou professora em Londrina, esposa do cantor Paulo Lima, e gostaria que lesse esse e-mail na Assembleia Legislativa, para ver o motivo de uma multa custar tão caro.* Muito obrigado, professora. O seu marido e a senhora são figuras extraordinárias. Ela está bronqueada,

com razão, com o excesso de multas do DETRAN, a chamada indústria da multa. Ela gostaria que a sua reclamação fosse enviada para o departamento devido e aos Deputados que aprovam as leis no nosso Estado. *Como professora, trabalho 40 horas e mais 20 horas em outra instituição, para conseguir levar uma vida mediana com minha família. Somos em cinco pessoas, e o meu marido, Paulo Lima, é autônomo, cadeirante, foi vítima de poliomielite. Com meu salário não consigo ter uma empregada em casa, dividimos o serviço em família e nos sobra pouco tempo para lazer, até mesmo para cuidar da saúde.* Ela tem uma multa na região de Campo Largo.

Do José Alexandre Machado, de Santa Catarina: *Deputado Belinati, peço uma cópia do projeto que apresentamos, que se for aprovado vai instituir passe de graça no ônibus, para quem está desempregado.* Por que se ela sair de sua casa a pé, toda suada, descabelada e com a roupa amassada, infelizmente, em uma entrevista de emprego, será refugada. Por que essas empresas de transporte de passageiros, nas Regiões Metropolitanas, não fornecem 30 passes por mês, para quem está desempregado, para procurar emprego?

O nosso projeto estabelece uma fiscalização do Governo, para evitar que o pilantra pegue o passe e não vá atrás de emprego. Tem que haver um controle, a pessoa comprovar que foi nessa ou naquela empresa e não conseguiu o trabalho.

Em Santa Catarina, os Deputados de lá estão pedindo uma cópia do nosso projeto, como também a Assembleia Legislativa de Minas Gerais se interessou pelo nosso projeto.

Da Camila: *Sou estudante, no último ano de ensino médio.* Ela sonha em fazer uma faculdade de Biomedicina, um curso existente em sua Cidade. Porém, tem que pagar por mês R\$ 661. Tem gente que quer ser doutor, doutora, quer fazer um curso superior, mas nem sempre é possível pagar uma faculdade particular, porque ela é cara e uma família nem sempre tem o dinheiro suficiente.

O Presidente Lula está anunciando que vai melhorar a vida dos aposentados no ano que vem. Se ele reconhece que eles estão com a aposentadoria pequena, insignificante, que o Presidente não deixe para a última hora, em que está indo embora, para melhorar a vida deles. Por que deixar para o ano que vem? O Brasil está com dinheiro sobrando e emprestou até 5 bilhões para o FMI. Então, dinheiro tem. Se o Presidente Lula reconhece que os aposentados ganham mal, então que melhore a vida deles de imediato. Porque tem muito aposentado sofrendo, entrando nas financeiras e pagando juros exorbitantes, porque a aposentadoria é pequena.

Em Londrina, o meu sobrinho, grande Vereador mais votado, médico, advogado, Marcelo Belinati, figura inteligente, está entrando, na Câmara Municipal de Londrina, com um pedido ao Presidente Lula, que achei interessante. O Ministro Temporão, da Saúde, anunciou que vai chegar a vacina agora. Deputado Stephanes, seu pai que é Ministro em Brasília., dá uma mão lá para resolver isto, a ideia do Vereador Marcelo.

O Ministro Temporão, Deputado Stephanes, está anunciando que vai vacinar agora 1 milhão de pessoas. Primeiro o pessoal da área da Saúde, quem sabe até alguns políticos. Os políticos deveriam ser os últimos a serem vacinados. E no ano que vem o Ministro está anunciando 18 milhões de doses de vacina contra a Gripe Suína.

O Vereador Marcelo Belinati, de forma inteligente, humanitária, brilhante Vereador, respeitado, está pedindo que o Presidente Lula mande comprar a vacina para toda a população brasileira. Não adianta vacinar um pouco e deixar o restante. Isto não está correto. Defende o Vereador Marcelo Belinati e eu estou aqui para apoiar a postura do Vereador Marcelo Belinati, que é uma figura reconhecida pela sua inteligência como Vereador, como médico, como socorrista.

Então, estou aqui para apoiar a iniciativa do Vereador Marcelo Belinati. Não adianta um País de 180 milhões de brasileiros e brasileiras, não adianta vacinar apenas 18 milhões, é 10% da população. Eu sei que tem brasileiro, tem cidadão que não gosta de ser vacinado. É como a vacina da gripe. Tem gente de idade que não quer ser vacinado, acham que a vacina faz mal. Nada disso. Acho que tem que ter vacina contra a Gripe Suína para todos os brasileiros. Está errado o Ministro Temporão. Está errado o Governador Lula. Está certo o Vereador Marcelo Belinati em defender. Já que vamos vacinar contra esta gripe, que está até matando ou mandando muita gente doente para o hospital, que haja vacina para todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Mário Roque.

Deputado Mário Roque

O SR. MÁRIO ROQUE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, população do Estado do Paraná, imprensa aqui presente.

Não pude estar presente na Sessão de ontem, porque tive uma audiência no Fórum de Paranaguá, por volta das 14h, e gostaria de ter estado aqui para sabatinar o nosso Secretário da Saúde, mas não foi possível.

Mas, ao mesmo tempo, por volta das 17h, participei de um evento que era o aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná. São 155 anos que esses homens nos dão segurança.

Em Paranaguá, o 9º Batalhão, essa corporação merece o respeito de todos, porque realmente são eficientes. E está de parabéns principalmente o Comandante e Major Flávio Correia, pelo desfile. Antigamente havia uma pequena cerimônia nas dependências do 9º Batalhão, e desta feita ele fez um desfile em Paranaguá unindo todas as forças: 9º Batalhão, a Guarda Municipal, que

infelizmente está desarmada, não se sabe ainda o que o Prefeito vai fazer, a Polícia Civil, e o Corpo de Bombeiros. Desfilaram também todos os equipamentos e houve uma demonstração realmente de força. O povo precisa, às vezes, saber que a nossa Segurança está bem equipada. Em Paranaguá realmente está, principalmente o Corpo de Bombeiros, que é de elite, porque na situação em que nós vivemos há o problema do mar, os bombeiros estão sempre atentos, há os navios que vêm de fora, uma área portuária onde existem também incêndios, o centro histórico, a nossa Cidade em si.

Então, houve um desfile, a população, realmente, na praça da Marinha, teve a oportunidade de homenagear aqueles grandes homens.

Parabéns também ao nosso delegado Valmir Soccio e o nosso Major dos Bombeiros, a Major Barros.

Mas, em contrapartida, também há um descontentamento quanto ao número de homens que fazem a segurança no 9º Batalhão, são apenas 350 homens, quando antigamente eram 500 ou 600, mas como o militar agora se aposenta aos 25 anos, não há uma reposição de recursos humanos. O Governo tem que realmente atentar para isso, aumentar o contingente de homens no 9º Batalhão, só em Paranaguá, como em todo o Litoral, principalmente em Pontal do Paraná, onde em conversa com o Presidente da Câmara, Nelson Mademar, realmente nossos balneários têm, de Praia de Leste até Pontal, 16 quilômetros, e apenas uma ou duas dão atendimento à toda aquela região. Então, temos que melhorar realmente a Segurança no nosso Litoral.

A cadeia pública, tivemos uma conversa com o nosso Secretário de Obras, e realmente vão iniciar a construção dessa cadeia na avenida entre Alexandra e Matinhos e novembro, impreterivelmente até novembro. Vamos ver se realmente, uma vez mais, é protelada essa data, e estamos aqui para cobrar!

Seria apenas isso, e uma vez mais parabenizar a Segurança em Paranaguá, onde se vê que há uma comunidade de interesses para a Segurança, os militares, a Polícia Civil, a Guarda Municipal e o Corpo de Bombeiros. Isso é muito bom, quando na presença de toda população se percebeu que há um bom equipamento. Os Bombeiros, através do FUNREBOM, que é a taxa que arrecadam, tem grandes equipamentos, e a população pode ali assistir esse desfile que não acontecia há muitos e muitos anos!

Por isso, uma vez mais quero aqui parabenizar esse homem, que chegou há pouco tempo em Paranaguá, esse Comandante, Major, que é o nosso Comandante Flávio Correia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos visitantes, imprensa e o telespectador que acompanha essa Sessão através da TV SINAL.

Venho a essa tribuna primeiro para esclarecer aos policiais militares que estão ligando, perguntando porquê não aconteceu a Audiência Pública marcada para o dia de hoje, Audiência esta que tem como tema o subsídio e que faz parte da reforma da Constituição Emenda nº 019, de 1998.

Até hoje o Paraná não regulamentou este dispositivo constitucional que trata da remuneração dos policiais militares, no Estado do Paraná. Então, essa Audiência foi suspensa, por determinação da Mesa Diretora, em função da Gripe A. Não foi só essa Audiência, todas elas foram suspensas.

Portanto, estamos apresentando, junto com o Deputado Ademir Bier, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, um novo requerimento para o dia 23 de setembro, no período da manhã, das 8h30 ao meio-dia. Faremos então essa Audiência Pública junto com as entidades que representam os servidores públicos militares do Estado do Paraná. Então fica aí a explicação.

também estamos usando este espaço hoje para falar de um requerimento que protocolamos na Mesa e foi tema de debate ontem, com relação às servidoras públicas grávidas. Estamos solicitando o apoio de todos os Deputados no requerimento que fazemos ao Governador, no sentido de dispensar, temporariamente, estas servidoras tendo em vista que a gravidez deixa as servidoras evidentemente mais vulneráveis, ao ataque deste vírus que é mais letal nas mulheres grávidas. Portanto, alguns Municípios tomaram providências, como Maringá, ontem. Recebo a informação que São Paulo, também tomou esse cuidado. Estamos propondo que durante o inverno essa medida seja, também, tomada no Estado do Paraná, especialmente para preservar a vida dessas servidoras e dos seus filhos, que estão ainda no ventre que poderão correr risco de vida.

Evidentemente, não podemos determinar aqui que as demais trabalhadoras sejam dispensadas, mas fica o pedido que fizemos ontem, ao Secretário da Saúde, para que ele emita uma recomendação para que as outras trabalhadoras, também, sejam beneficiadas tendo a suspensão do trabalho durante esse período, em que a contaminação está em alta no Estado do Paraná, especialmente no período de inverno.

Queremos aproveitar esse espaço para falar da Audiência Pública que tínhamos solicitado para o dia 24 de agosto, para tratar com todos os servidores públicos dos precatórios. Há um atraso muito grande com relação aos precatórios. Há uma reivindicação especialmente dos

servidores aposentados, boa parte são idosos que há muito tempo ganharam ações na Justiça contra o Estado do Paraná e que estão na fila, esperando para receber direito que já devia ter sido pago a esses servidores aposentados e aposentadas do Estado do Paraná.

Então, estamos propondo uma nova data para o dia 21 de setembro, portanto, uma segunda-feira, aproveitamos também para convidar os Deputados e Deputadas e todos os servidores públicos, que querem discutir os precatórios.

Neste momento também, que lá em Brasília tramitam o projeto de lei que quer mudar as regras para o pagamento do precatório. Temos preocupação e estaremos nesse dia contando com a presença de Deputados Federais. Queremos trazer o relator do projeto que tramita na Câmara, trata dos precatórios no Brasil. Queremos tratar aqui na Assembleia com o apoio de todos os Deputados e Deputadas, porque é de fundamental importância que consigamos fazer com que os servidores recebam os precatórios. É justo e necessário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiro ponto que quero falar é até dando continuidade ao que o Deputado Lemos comentava. Ontem, tivemos oportunidade de pessoalmente aqui, naquele debate com aquela conversa, que considero uma conversa franca com o Secretário da Saúde, tivemos a oportunidade de pedi-lo que liberasse as mulheres grávidas do setor de Saúde, que estão trabalhando. Fizessem igual ao Governo do Rio Grande do Sul fez. Também vamos pedir isso ao Prefeito Beto Richa.

Agora, aproveitando a oportunidade de falar no microfone da Assembleia Legislativa deixar o pedido aqui, para o Governador. Mas, o Secretário já assumiu compromisso conosco ontem, ali naquele plenário de atender esse pedido.

Então, não vou nem protocolar o requerimento, porque vou confiar na palavra do Secretário. Se ele falou para mim, particularmente está falando. Não vou manifestar nada mais, não vou fazer indicação, não vou fazer requerimento, porque quero confiar na palavra. Agradeço o apoio do Deputado Lemos, que parece que pensa conosco nesse tema.

Em segundo lugar quero falar um pouco sobre a importância que acho da vinda de um Secretário de Estado aqui. V. Exa., os jornalistas que aqui estão, Srs. Deputados, a comunidade que nos acompanha pela TV SINAL.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Foi muito positiva a vinda do Secretário, discutiu com os Deputados, Deputados de todas as regiões do Paraná, trouxeram as suas reivindicações, as suas sugestões, o Secretário cortês, educado respondeu a todos os questionamentos e de uma forma geral tranquilizou a população do Paraná. Porque afirmou, ontem, que até agora a Gripe H1N1 já matou 39 pessoas no Paraná. Tamanha é a preocupação.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Quero parabenizá-lo sobre o tema que aborda e a forma como aborda.

Ontem presenciei a conversa do Secretário da Saúde, inclusive, num questionamento seu que achei muito interessante, foi quando sugeriu e questionou ao mesmo tempo o Secretário Gilberto Martin para que liberasse as mulheres que estejam grávidas.

Acho primeiro uma atitude muito importante, porque já que elas são grupos de risco, não se sabe exatamente porque, mas hoje mulher grávida o pulmão fica pressionado pela barriga, tem algum tipo de situação que o vírus acaba virando pneumonia e a pessoa pode vir a falecer.

E o Secretário, espero que acate a sua sugestão. Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Dizia da importância de o Secretário vir aqui conversar com os Deputados, esclarecer as dúvidas e até agora morreram no Paraná 39 pessoas por causa da gripe. É grave. Muito grave. Mas, vemos o Governo se mexendo, vemos o Secretário preocupado, vemos os Diretores da Secretaria, médicos. Aqui, na Assembleia já recebemos um médico que primeiro veio aqui falar sobre o tema, depois veio o Secretário. Os Deputados estão preocupados, a imprensa, a comunidade de uma maneira geral.

Esse é o nosso papel: cobrar do Governo para que melhore a questão da Saúde Pública do Paraná. O Governo tem correspondido ao seu trabalho. Ao mesmo tempo, ouvir também falar que o Governo Federal deu R\$ 2 milhões. Preocupados, esteve aqui até o Ministro Temporão para que o Governo do Estado do Paraná ajude para melhorar a questão da Gripe H1N1.

Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. que é um Parlamentar muito respeitado aqui nessa Casa, não vejo acontecer uma mesma situação numa ponta, que é a questão da Segurança Pública do Paraná. Só nesse final de semana assassinaram aqui em Curitiba e Região Metropolitana mais de 30 pessoas a tiros. Dá muito mais que a gripe, só que a gripe que nós estamos falando é de dois meses. O número de óbitos foi de dois, três meses. Mas, gostaríamos que não fosse nenhuma pessoa morta. Infelizmente tem acontecido, mas vemos o Governo se mexendo.

Agora, não vejo o Governo se mexendo na questão da Segurança Pública. Passa requerimento, aqui, e é reprovado pela base do Governo, por nós mesmos, Deputados. Teríamos que chamar o Secretário, aqui, ou o próprio Governador, que venha se explicar para a Assembleia Legislativa, que ajuda ele está precisando a mais, da Assembleia, se nós já aprovamos um R\$ 1 bilhão para investir na Segurança Pública do Paraná. Como é que está sendo investido este dinheiro? V. Exa. sabe? Algum dos Deputados sabe me dizer? Porque ontem vi como está sendo feito na questão da Saúde Pública, para melhorar o atendimento, na gripe, aqui no Paraná. Agora, na Segurança Pública, é R\$ 1 bilhão, dinheiro do povo, que não estou sabendo como está sendo investido.

Faço requerimento pedindo informações de quantos policiais estão no Paraná, quantos estão sendo distribuídos, por batalhão. Não recebo as informações, porque são reprovadas, aqui. O Governo quer esconder as informações. Não quer debater este assunto. Não resolve o problema do Paraná na Segurança Pública. E quem perde com isso? A sociedade. A sociedade!

Nosso pedido agora é que a própria sociedade do Paraná, se mobilize e nos ajude a cobrar deste Governo que melhore a Segurança Pública no Paraná. Que aumente o salário dos policiais, que até tem R\$ 1 bilhão para investir nisso. Que aumente o número de efetivo de policiais civis e militares, porque as pessoas nos cobram.

Este Governo está se mexendo nesta história da gripe. Percebemos. E nos, Deputados, estamos apoiando. Agora, na Segurança Pública, o Governo não está mexendo. Está se escondendo. É diferente. Porque não temos os números. Não divulgamos os números! Nós não ficamos sabendo os números da Segurança Pública. Nem do investimento, para onde foi o dinheiro, o que está sendo feito. Porque não dar o mesmo tratamento, se o Governo é o mesmo? Porque não falar para o Secretário vir aqui conversar com os Deputados, responder os questionamentos, ouvir as sugestões? E aí providenciar as melhorias. Mobilizar a sociedade. Porque nós, infelizmente, estamos numa situação de caos na Segurança Pública. Ou na falta de segurança. Se aqui em Curitiba e na Região Metropolitana só neste final de semana mataram mais de 30 pessoas assassinadas a tiros, façam um levantamento no Estado do Paraná inteiro. Quantos foram, no Estado do Paraná?

Vou dar mais um dado: lá na Região de Campo Mourão, até agora já assassinaram 21 pessoas. Também por falta de segurança, muitos dos casos. Este mês está fazendo um ano que um empresário chamado Junior, em Campo Mourão, foi assassinado, tinha como amigo pessoal. E até agora não foi esclarecido este crime. Não tenho conhecimento se já foram presos os que fizeram esta barbaridade. E lembro, na época teve eventos locais para tratar deste assunto, envolvendo a comunidade, mas, até agora nenhuma solução deste crime. E tantos outros que têm por aí, sem solução.

Então, o mesmo tratamento a mesma mobilização que estão fazendo para a Saúde Pública, pedimos apoio de todos os Deputados e do Governador, que dê a mesma atenção na questão da Segurança Pública. Me parece que esta área é imexível, como dizia aquele Ministro passado, no Brasil. Não tem alteração. Não melhora. Pelo contrário, piora. E o que percebo é que este setor, no Governo, perante a opinião pública, perde muita credibilidade. Se não aceita um convite para vir aqui na Assembleia conversar com os Deputados, se o Governador não aceita responder aos nossos requerimentos sobre este tema, Segurança Pública, alguma coisa devem estar escondendo! Não é possível! Porque na pasta da Saúde Pública, temos que reconhecer, esteve aqui o Secretário, respondeu quem quis fazer pergunta, tranquilizou a população. Na Segurança Pública não é a mesma coisa.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Douglas Fabrício, V. Exa. está correto, está de parabéns com o seu pronunciamento. Mas, quero aproveitar esse momento e conversar com o Deputado Rossoni, que está aqui no plenário, Deputado Elio Rusch e V. Exa. Deputado Douglas Fabrício, gostaria de fazer um requerimento, se possível nessa Sessão Deputado Rossoni, fazendo a convocação do Secretário de Segurança para a Assembleia Legislativa. Porque o Secretário da Saúde veio aqui por livre espontânea vontade, recebeu o convite, respondeu as perguntas dos Deputados aqui na Assembleia e fez um belo pronunciamento.

O Secretário de Segurança foge dos nossos questionamentos, foge dos requerimentos, até agora não explicou quantos policiais nós temos no efetivo, existe uma lei no Estado do Paraná que estipula um número mínimo de policiais, também não cumpriu as promessas que fez aos Deputados no ano passado. E hoje, já pedi ao meu gabinete para que façam um requerimento pedindo a convocação, convite de jeito nenhum, porque já convidamos, já solicitamos o pedido, chega de convite, agora tem que ser convocação porque isso é prerrogativa desta Casa. Queria pedir a sua assinatura, Deputado Rossoni, nosso Líder da Oposição, para que a gente possa trazer o Secretário de Segurança para dar explicação ao Estado do Paraná.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado Deputado Rangel, pode contar com a minha assinatura. Acho, que esse requerimento poderia ser de todos os Deputados da base de Oposição e também de todos os Deputados do Governo que querem ajudar no tema Segurança Pública, como está acontecendo na questão da Saúde Pública.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Douglas, eu quero me somar à proposta do Deputado Rangel. E acho, que não tem que ter acordo não, tem que ser convocação. Porque apresentamos um requerimento de convocação, daqui a pouco começa a tal da marolinha de nós fazemos um acordo para vir aqui a convite, aí o Secretário virá aqui o dia que ele quer, a hora que ele quer, na sala mais confortável que tiver na Casa...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem um minuto Deputado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Abro mão do meu aparte para não tomar a liberdade de V. Exa. e encerrar o seu pronunciamento.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço o Deputado Rossoni, Deputado Rangel, Deputado Stephanes. E acho que o tema do momento é esse. Se o Secretário da Saúde veio aqui, respondeu a todos os questionamentos, aliás, saiu daqui melhor do que entrou. Tenho certeza que pode sair daqui também melhor do que entrar o Secretário de Segurança, só que agora pelo viés da convocação. É isso Srs. Deputados, vamos fazer assim, porque assim vamos ter o respeito dos paranaenses, fora disso aí não teremos respeito não, aí vamos estar ajudando o Governo a encobrir coisas que eu não quero ajudar esse Governo encobrir, que é desinformação na Segurança Pública.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores. Tentarei nesses cinco minutos que me foram concedidos abordar alguns temas de forma bem objetiva.

Ontem, me dirigindo à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e acompanhando as notícias através de uma renomada emissora de rádio, ouvi, por decisão impetrada pelo Ministério Público, em parceria com o Tribunal de Justiça do Trabalho, que determinaram que os atendentes das agências bancárias tivessem o fornecimento da máscara, do gel, do álcool 70% e outras medidas mais para continuar realizando o atendimento. Percebi, dei razão a advogada que se pronunciava, que de fato nós, temos a prerrogativa de decidir de estarmos em ambientes fechados, mas a pessoa que atende, infelizmente, não tem essa liberdade e é obrigada a atender o público e, se não o fizer corre o risco de ser mandada embora. Por que não adotar essa medida para os caixas de supermercados? Que também são expostos ao público rotativo muito grande e, por sua vez não dispõem da máscara, do gel e são forçados a trabalhar da mesma maneira.

Onde quero chegar com essa colocação? Sabe-se que existe o perigo dessa pandemia; sabe-se que a coisa é séria; questiona-se o montante de falecidos, e-mails espalhando um terrorismo muito grande, mas não se pode adotar dois pesos e duas medidas.

De tudo que foi apresentado ontem pelo Secretário da Saúde, palestra muito produtiva, elucidativa, eis que consegui pensar algumas frases, algumas recomendações das quais destaco, quando o Secretário dirigindo-se aos Prefeitos, principalmente àqueles que decretaram calamidade em seus Municípios, de que tal decisão não seria necessária. Que foram decisões precipitadas, que o comércio não precisava ser fechado e assim por diante. Em nada das decisões contribuiriam para se deter o avanço da gripe A. Por esta razão, que trago esse assunto à baila, não se pode adotar determinadas medidas em nome da segurança, da saúde, em nome do deter a proliferação dessa doença, dessa pandemia e num outro estabelecimento, que também os funcionários são expostos, não ter as mesmas medidas. Ou se adota uma medida padrão para todos ou então não há justiça nessas decisões.

Outro assunto que me traz a essa tribuna, Srs. Deputados, faço questão, como acredito senão na sua totalidade, mas boa parte dos Parlamentares interage com seus eleitores, ora por carta, ora por e-mail. E eu faço questão de ler todos os e-mails e responde-los, para isso reservo dois dias para responder todos os e-mails. E, recentemente, uma avalanche de e-mails protestando sobre a Lei Antifumo.

Uma avalanche muito grande de e-mails. Passou da normalidade de e-mails que já recebo, de grande monta. O interessante e até fiz um comentário para um cidadão aqui do plenário - é que recebi centenas de e-mails, mais ou menos uns 900 mil e-mails com diversos títulos, por exemplo: "Terei prejuízo com a Lei Antifumo!" "Tenho o direito de fumar!" "Sou livre para fumar ou não?" "Sou contra a proibição do fumo." "Sou cidadã consciente ou cidadão consciente, mas peço que vote contra a Lei do Fumo." "Por que copiar a Lei Antifumo de São Paulo?"

O que me chamou a atenção é que, cuidadosamente, analisando e-mail por e-mail, percebi que em média a mesma pessoa mandava três e-mails com títulos diferentes, o que deu o grande volume. Nada contra o direito do cidadão fumar e nada contra o direito de se pronunciarem tentando, obviamente, mobilizar a Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Roque, nós Parlamentares, para se votar de uma forma específica, conforme a opinião de um grupo, de um segmento, a opinião pública.

Particularmente, sou contra o cigarro, sou contra o tabagismo. Entendo, óbvio, que bom seria se não existisse o fumo, bom seria se não existissem os fumantes. Sei os danos que o vício causa. Sei que, apesar de ser uma droga lícita, ela desencadeia uma infinidade de males à sociedade, à saúde, etc. Mas, compreendo que o cidadão tem o direito de se confinar, se enclausurar em um ambiente fechado específico para essa prática, talvez uma tabacaria. Tudo isso será questionado, aqui, e debatido exaustivamente na Sessão Plenária oportuna.

Passa a usar horário do Bloco PSB/PRB/PV

Quero chamar a atenção, Deputado Durval Amaral, sobre a mobilização dessas pessoas em interagir com o Poder Legislativo. Sr. Presidente, bom seria se todo cidadão paranaense desse mais atenção não apenas a esta ou aquela matéria em discussão, nesta Casa, mas a tudo que se tramita no Poder Legislativo. Criticando, sugerindo, dando opiniões, fazendo o contraditório. É uma pena que ainda uma boa parcela da sociedade, depois que vai às urnas e deposita seu voto de confiança a este ou àquele representante, passada algumas semanas, alguns meses, esquecem até o nome da pessoa que foi eleita por esse voto.

Se eu contrato o serviço de qualquer prestador de serviço faço questão de conhecê-lo, de acompanhar o trabalho que ele realiza. Assim faço com um pedreiro, assim faço com um encanador, porque ficaria muito difícil contratar o serviço de alguém e não saber quem é esse alguém, desconhecer quem é esse alguém ou esquecer-me de quem é a pessoa responsável por aquela obra, por aquele serviço. Não vou ter como cobrar se o serviço sair mal feito. Não é diferente na política.

Bom seria se grande parcela da sociedade abrisse seus olhos e acompanhasse passo a passo todos os atos, as ações deste Poder em especial, porque assim enriqueceria o Poder Legislativo, faria com que alcançássemos a meta que acredito todos nós almejamos, que é dar ao Poder Legislativo cada vez mais credibilidade à sociedade, compensando, infelizmente, alguns setores políticos que acabam denegrindo toda classe, generalizando-a e, às vezes, fazendo pela opinião pública sinônimo de coisas negativas.

Então, fica aqui registro da manifestação através dos e-mails desse grupo que protesta contra a lei que proíbe e que restringe o fumo em lugares, em ambientes fechados. Que o exemplo deles ecoe para outros segmentos organizados, outras classes da sociedade para que então possamos, todos juntos, ganhar com esse tipo de decisão.

Aproveito para responder, ao vivo, através da TV SINAL, um e-mail de uma cidadã, daqui da Região Metropolitana, que me fez um questionamento com respeito à aprovação daquela proposta também do Poder Executivo, que restringe ou cria regras nas publicidades, nas propagandas do Estado do Paraná que adotam frases ou palavras em outros idiomas. Eu, em um primeiro momento, me pronunciei favorável e confesso que depois me debruçando sobre a lei, meu amigo Fabiano Santos, que está visitando a Sessão Plenária, no corpo da lei percebi que ainda havia, sim, obviamente, pelo afogadilho que nos foi apresentada a lei, uma série de falhas. O que fizeram com que esse Parlamentar se arrependesse de ter de pronto, inicialmente, votado favoravelmente.

O que quero dizer com isso, amigos telespectadores, jornalistas, senhoras e senhores, que estar aqui é extremamente complexo, sobre os nossos ombros pesa uma responsabilidade difícil de ser expressa com palavras e que muitas vezes pelo volume de matérias importantes, uma mais importante do que as outras, nem sempre você consegue, com todo o rigor, da maneira que desejava esmiuçar todas as entrelinhas dos projetos.

Então, é natural, é normal, quando contra-argumento eu esse ou aquele Parlamentar até mude de opinião, por quê? Porque se eu defendo uma ideia, uma tese, tenho uma opinião, sustentarei essa opinião até que me mostrem algo melhor do que aquela ideia, do que aquela opinião, que, através do contraditório, me prove que eu estava totalmente equivocado ou enganado, ou não totalmente interado sobre o assunto.

Então, fica aqui o registro em resposta a essa paranaense, essa cidadã, que questionou por que muitos de nós em determinado momento votam de uma forma e ora votam de outra forma, em um segundo momento, porque o Legislativo é extremamente dinâmico e cada caso é um caso, é óbvio, um deles estou justificando agora dando como exemplo essa lei da restrição de palavras estrangeiras nas propagandas no Estado do Paraná. Esse é o registro, falei sobre os clientes do banco, já fiz o registro também.

Quero agradecer a atenção dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas e agradecer a benevolência do Presidente em ter nos dado esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

(Ausente).

Com a palavra o próximo orador inscrito, o Deputado Elio Lino Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Caso eu não venha a usar todo o Grande Expediente, vou ceder uma parcela dele para o Deputado Reinhold Stephanes.

Sr. Presidente, falar sobre um assunto discutido por demais nesta Casa, a reforma tributária no Estado do Paraná. No ano passado, a Assembleia Legislativa correu o nosso Estado, com Audiências Públicas, para ouvir a sociedade. Dizíamos naquela época, que a reforma tributária tinha um objetivo único, aumentar a receita do Governo do Estado. Os números mostram claramente, que aumentou o ICMS no Estado do Paraná, nesse primeiro semestre, em relação ao primeiro semestre do ano passado.

Para que não ocupemos apenas essa tribuna, para fazer mais um discurso, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. que já falou sobre a reforma tributária, quero dizer que desde o ano passado levantamos e pesquisamos inúmeras empresas, mercadorias e produtos que são comercializados no Estado do Paraná, a mesma marca, os

mesmos estabelecimentos desde o mês de dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho. Pesquisamos no trabalho os eletrodomésticos, laticínios, embutidos, farináceos, enlatados, bebidas, calçados, jogos, brinquedos e acessórios para carro.

Dentre ele vamos pegar alguns produtos, que são encontrados em diversos estabelecimentos, de mercearia, a gelatina, por exemplo, tomar o cuidado de não falar a marca e nem o estabelecimento comercial que pesquisamos. A gelatina de determinada marca, no mês de dezembro, era comercializada a 48 centavos, hoje, ela está sendo comercializada a 58 centavos. A mistura para bolo, sem falar a marca, no mês de dezembro, foi comercializada a R\$ 1,78 e hoje a R\$ 1,88.

Em outro estabelecimento comercial, essa mesma empresa comercializava e vendia esse produto a R\$ 1,80 e hoje a R\$ 2,25. O fermento em pó, que todas as donas de casa usam para fazer o seu pão, estava sendo comercializado a R\$ 1,48 e hoje a R\$ 1,58. Poderíamos citar “n” produtos do setor de mercearia.

Outro produto de limpeza, veja que quando nós discutimos aqui a reforma tributária, foi falado tanto do produto de limpeza que toda família, todas as pessoas estavam usando - vamos pegar o exemplo de uma esponja de aço que também não quero declinar o nome, a marca dessa esponja de aço, que no mês de dezembro estava sendo comercializada a R\$ 1,47, hoje está a R\$ 1,69. Vamos pegar um sabão em pó que toda família também usa - estava sendo comercializada em determinada empresa R\$ 4,78, hoje a 4 e 83. E assim poderia citar sabão em barra que também está usado, quem não usa sabão em pó usa sabão em barra, estava sendo comercializado lá em dezembro a R\$ 3,52, hoje, final de junho a R\$ 3,99 - poderia pegar o sabão líquido a um e 98, hoje a 2 e 29 - numa outra empresa 2 e 47, hoje a 2 e 60 - um desinfetante que quase todas as famílias usam, era comercializado a 2 e 18, hoje a 2 e 25.

Quer dizer, são inúmeros os produtos que poderíamos usar. Mas, vamos pegar um outro produto, Srs. Deputados, a higiene, a higiene que foi tanto debatida aqui na reforma tributária, quando discutimos e quando votamos esta mensagem do Governo do Estado - vejam. Srs. Deputados, vamos pegar o shampoo, aliás, que foi usado o shampoo, foi citado demais aqui na Casa quando se votou a reforma tributária - olha, em determinado estabelecimento, a mesma marca e na mesma empresa, em dezembro se você comprava aquela marca de shampoo a R\$ 2,64, final de junho R\$ 3,69. Uma outra marca de shampoo, em dezembro a R\$ 2,94, hoje R\$ 3,98.

E não vamos ficar só no shampoo, vamos pegar o sabonete, que também não quero declinar a marca, sabonete a 48 centavos, agora em final de junho a 87 centavos. Na outra empresa, 57 centavos, hoje 65 centavos.

E assim por diante. Poderia pegar o creme dental, poderia pegar fio dental, escova de dente, enfim, os mais diversos produtos. Mas, vamos pegar ainda um produto, Srs. Deputados, farmácia, os produtos da farmácia,

remédio que tanto foi usado aqui na Assembleia ano passado quando se votou a reforma tributária, dizendo que os remédios iriam baixar. Aliás, tinha empresas, que anunciaram e o Governo se enalteceu com isto. As empresas que baixaram o custo do remédio. Agora, vamos entender uma coisa, Srs. Deputados, o que o Governo do Estado fez com o ICMS dos remédios. Uma vez os estabelecimentos comerciais pagavam o ICMS sobre a substituição tributária, depois voltou o crédito e débito, depois de aprovada a reforma tributária voltou de novo a substituição tributária e isto impediu para que as distribuidoras pudessem oferecer um desconto para quem? Para as farmácias. As farmácias pagam mais caro remédio agora do que antes da reforma tributária.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Então, vamos citar alguns exemplos de alguns medicamentos que pesquisamos e são inúmeros que pesquisamos. Aliás, aproveito esta oportunidade, o senhor, a senhora que está me assistindo em casa, que usam o remédio mensalmente, o senhor que é idoso com toda certeza está usando o remédio já há muito tempo e por muito tempo vai usar o remédio, gostaria que não usasse mais, mas vai ter que continuar usando o remédio, quando o senhor pagou ano passado em dezembro, quanto o senhor pagou em janeiro, quando está pagando agora, é fácil de confirmar o que estamos falando hoje, mas vamos pegar um produto que é conhecido por todos, o nome do produto é Hirudoid, no mês de dezembro em determinados estabelecimentos era cobrado R\$ 14,35, agora este mês o produto custa R\$ 15,95. em outra rede de farmácias ele custava R\$ 13,34, hoje custa R\$ 14,47. Num outro estabelecimento estava sendo comercializado a R\$ 10, hoje 11,20. E assim por diante, são até números curiosos que temos aqui, alguns estabelecimentos aumentaram em fevereiro e março para que em abril pudessem dar um desconto e depois subiram novamente.

Existe um outro produto que me chamou muito atenção, não quero falar o nome do produto, mas é um remédio para dor de cabeça, em dezembro este produto custava R\$ 2,80, numa rede, na outra R\$ 3,75, noutra 2 e 78, hoje está sendo comercializado na média de R\$ 10. É aí que eu pergunto: quando votamos essa reforma tributária aqui na Casa, o Deputado Luiz Carlos Martins levantou isso com muita propriedade, agora eu pergunto: Srs. Deputados, Governo do Estado, onde está o PROCON do Estado do Paraná? Onde é que está o DIEESE?

Não vi ninguém se manifestar sobre a não baixa dos produtos, desses 95 mil itens que deveriam ter baixado! Cadê o desconto? Uma coisa aconteceu sim, o aumento no ICMS e não é de 2% é um aumento de 2 pontos de ICMS, sobre energia, sobre comunicação, sobre gasolina, sobre cigarro, sobre bebida alcoólica, isso representa 60% da receita do Estado.

Tenho alguns números: o ICMS aumentou em torno de 10% no Estado do Paraná nesse primeiro semestre em relação ao ano passado. Agora pergunto: Deputados, por que é que não tivemos ainda essa Audiência Pública no primeiro quadrimestre desse ano que seria para mostrar a prestação de contas, mostrar as metas e a execução orçamentária? Qual foi a receita do Estado para mostrar os números para a sociedade do Paraná? Para confirmar aquilo, que falamos sem esquecer também que nos produtos eletrodomésticos houve uma redução do IPI, é lógico que têm que baixar o preço dos eletrodomésticos, se baixou o IPI, baixou o ICMS de tantos outros produtos mais!

Cabe a nós, Srs. Deputados pedir apenas que o DIESSE mostre estes números, o DIESSE deve ter estes números de dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, vamos mostrar para a sociedade do Paraná, vamos mostrar os preços, se houve a queda ou não houve! Agora, ninguém se manifesta, curiosamente ninguém se manifesta! E os números que nós temos, a informação que a imprensa tem mostrado é que a cesta básica onde mais tem aumentado e é em Curitiba onde mais tem aumentado, então quando houve uma redução de ICMS, aliás foi anunciado pelo Governo do Estado, cadê o desconto? Se na crise se vende menos automaticamente deveria ter reduzido a receita do Estado, é o que não aconteceu! Estes são os números que nós temos, não quero citar nome das empresas, nem a marca, nem nome do produto, quero deixar isso para o DIEESE, quero deixar isso para o PROCON a quem é de direito fiscalizar e informar ao consumidor do Estado do Paraná!

Cabe a nós, Parlamentares erguer a nossa voz aqui na Assembleia Legislativa, para dizer a sociedade do Paraná que a reforma tributária teve seu alcance sim: aumentar a receita do Governo do Estado do Paraná. Vamos esperar os números nessa Audiência que devia ter acontecido já no mês de maio, que até hoje não aconteceu. Sabemos que atualmente, Deputado Nelson Justus, não se realiza nem uma Audiência Pública, mas assim que liberar precisamos realizar essa Audiência Pública para mostrar à sociedade ao Paraná, aquilo que nós estamos falando.

Espero que o trabalho que nós fizemos junto com a nossa assessoria, junto com as pessoas que nós contratamos para fazer esse trabalho, levantar o trabalho. O DIEESE que é um órgão, que é um departamento junto com o PROCON, nós fizemos esse trabalho. Espero que eles também mostrem para a sociedade do Paraná.

Cedo o tempo que me resta para o Deputado Stephanes Júnior.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado. Com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Obrigado, Presidente e Deputado Elio Rusch pela gentileza de conceder o seu espaço.

Acho que poucos aqui sabem, há muitos anos sou Diretor da APR - Associação Paranaense de Reabilitação. Nesse momento todas as escolas especiais do Brasil, a Thermas tem duas escolas, atendem 350 crianças estão ameaçadas de sobrevivência. Por quê?

Existe um parecer que é o número 13 - eu gosto do número 13, meu pai nasceu no dia 13 de agosto, depois de amanhã, mas esse dia 13 é igual do PT é de azar - esse parecer faz com que as escolas especiais não mais existam, porque tornam obrigatório a inclusão de toda criança que tenha algum tipo de distrofia muscular, severa, mental, um transtorno, que essa criança seja incluída.

É claro que você tem que adaptar todas as escolas do Brasil, para a inclusão dessas crianças. Mas, nem todas elas, a sua grande maioria não têm condições de irem para a escola regular.

Digo isso com conhecimento de causa. Por quê? Porque as que têm transtornos de comportamentos severos, podem ter surtos durante as aulas, precisam se alimentar com ajuda, não tem condições musculares, estão atrofiados os seus músculos de se locomoverem. A atenção é tão especial para essas crianças que uma escola regular não tem condição de atender. Mas que isso, o suporte psicológico, que é dado à criança de uma escola especial e também a uma família. A escola regular não tem condições.

Mas, eu repito é claro que tem que adaptar todas as escolas do Brasil, para a inclusão das crianças, porque algumas, não sei o percentual, mas muitas vão poder ir para as escolas, mas a grande maioria, 90% talvez, não possam ir.

Então esse Parecer nº 13 que torna obrigatório e que está para ser chancelado pelo Ministro da Educação, eu como Deputado quero pedir a ele que não assine. Pedir a Casa que se manifeste formalmente mandando documento ao Ministério de Educação, ao Ministro para que ele não tome essa atitude que é muito prejudicial às crianças das escolas especiais que precisam que elas continuem a existirem.

Mais do que isso, conversei não só com as escolas que a APR mantém, mas falei com a Diretora Nilza Tartussi, com a Sra. Maria Ilda, com a Jane Sberse, com a professora Diva que são da Escola Lucia Mello e Silva, de Santa Felicidade. Conversei com o Cadre Massuda que hoje dirige o Centro de Reabilitação Física do Paraná, que era Presidente da APR. O pessoal da APAE de Palmeira conversou comigo. O Vereador Sergio Beliche de Palmeira conversou comigo, também, a APAE de Jardim Alegre, terra do Vice-Governador Orlando Pesutti. O Sr. Ivo que dirige a entidade. Muita gente conversou comigo a respeito desse assunto e não se pode tomar a atitude que se quer tomar.

Se esse parecer for realmente chancelado e, for obrigatória a inclusão dessas crianças nas escolas. As escolas não vão ter condições de recebê-las e o atendimento dado às crianças e as famílias vai praticamente deixar de existir.

Então volto a pedir que essa Casa se manifeste formalmente, para que isso não seja chancelado pelo Ministério de Educação. Esse parecer é errado. As escolas especiais fazem um trabalho que não têm igual.

Quem conhecer o trabalho que é feito com essas crianças é algo assim maravilhoso, a dedicação, a maneira como as professoras tratam as crianças, o que os pais dessas crianças fazem que são pais de período integral, porque a criança nunca pode ficar sozinha e o apoio que é dado aos pais é fundamental.

Volto a repetir, que se adaptem as escolas às crianças portadoras de necessidades especiais para que muitas delas possam ir, mas a grande maioria continua em escolas especiais que são mais bem tratadas tanto elas quanto suas famílias. Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Grande Expediente Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Inicialmente aprendemos aqui nessa Casa todos os dias. O nosso querido professor Mario e isso vai de alerta a todos nós. Professor Mario acaba de me dar uma lição aqui muito boa. Toda vez que vamos ao banheiro, a gente vai primeiro e depois lava as mãos. E agora pouco o professor Mario ali aproveitando esse momento de gripe suína dava a lição, antes de ir ao banheiro lavar as mãos e depois que sair também lavar as mãos.

Nosso professor Mario sempre com suas ideias. É verdade o brasileiro primeiro vai ao banheiro e depois lava as mãos. Vamos aprendendo com essas mudanças.

Deputado Belinati, V. Exa. que gosta muito e tem sofrido muito com o Ministério Público. Chamou-me atenção essa semana que passou aquela briga no Senado, e um lado a tropa de choque do PMDB e de outro lado a tropa de choque do PSDB, o DEM, está dividido. É DEM e PSDB contra PT e PMDB.

Isso é, mais ou menos, no Brasil inteiro é assim.

Chamava-me atenção que o Ministério Público, quando qualquer Prefeito comete uma pequena irregularidade, o Ministério Público, seja ele local, imediatamente propõe ações contra os Srs. Prefeitos. É o baixo Clero, os Prefeitos das Cidades pequenas. Abre-se um parêntese aqui que dificilmente o Ministério Público faz isso para as Cidades como a Capital Curitiba.

Por exemplo, quando um Prefeito comete um erro, que muitas vezes é uma formalidade legal, o Ministério Público ajuíza uma ação, pede a quebra do sigilo bancário, telefônico, penhora os bens, às vezes por uma irregularidade tão pequena e tão formal, inicia um processo, pede que o autor daquilo não possa ser candidato, pedem a suspensão dos direitos políticos.

O Ministério Público está sempre atento para isso.

Chamou-me atenção do Senado que o Líder do PSDB, Arthur Virgílio, que é tido como um monstro da legalidade, daqueles homens amparados pela lei. E não é que o Arthur Virgílio sobe à tribuna do Senado e diz que é réu confesso, de desvios no Senado? Ele vai lá e admite que cometeu erros, que desviou verbas. Está lá. Ele se diz réu confesso! Ele admite publicamente, na tribuna, que é réu confesso de irregularidades! Eu jamais esperei ouvir isso do Arthur Virgílio, que é tido como um dos grandes caciques do PSDB.

O Sarney nem se fala! Já admitiu que é réu confesso em muitos momentos. O Deputado grandão, aquele que fala bonito, ligado à Igreja Católica, não lembro o nome dele agora, mas também admitiu algumas coisas.

Aí me pergunto: mas daí, não aconteceu nada? Não acontece absolutamente nada! Não se vê ninguém do Ministério Público levantar e dizer: “Opa! Réu confesso está admitindo que fez algo de errado”. E aí, faz o quê? Não se vê falar disso. Não se vê ninguém propondo ação. Não se vê aquele Bispo que está lá em Brasília, aquele Bispo famoso, Dom João Braz de Aviz, o mesmo que andou aqui em Ponta Grossa em 1997. Era Bispo e hoje é Arcebispo de Brasília. Era o caçador de tudo errado que tinha. Fazia reuniões de grupos de ética e cidadania. O Bispo está lá, hoje, sentado no Palácio, lá em Brasília e não está vendo nada disso. O tal Dom João Braz de Aviz. Está lá em Brasília, no centro de corrupção, e não se viu um pronunciamento daquele Bispo até hoje!

E aí, fico olhando: pobres os Prefeitos, aqui. No Governo do Paraná, uma quadrilha andou por aqui, recentemente, e foi pior que os gafanhotos: comeram tudo! Essa quadrilha continua no Poder, em alguns Poderes instalados, ainda. E tem alguns que assaltaram o Paraná e continuam por aí. Uns estão dando palestras, outros estão fazendo julgamentos, e não dá nada, não se vê nada, não se vê uma ação. E as ações que deveriam ter sido protocoladas não existem. Existe contra V. Exa., Deputado Antonio Belinati, existem contra os Prefeitos do interior. Duvido que exista um Prefeito, hoje, que não exista uma ação. É raro. Acho que não tem. Aqui, o de Curitiba, acho que tem também. Mas, é raro que se faça ações contra os grandões, réus confessos. Agora, lá o Ministério Público é calmo. Aqui, em cima dos Prefeitos. Qualquer coisa, ação contra os Prefeitos. E muitas ações infundadas. Que passam-se 10, 12 anos e depois se decide que estava certo o Prefeito. Ou que o Poder julgou, e um Prefeito do interior foi penalizado. Enquanto que o da Capital foi absolvido, ou o Governador do passado foi absolvido num processo que o Prefeito atual está sendo condenado. Tudo isso pode. Então, isso acontece.

Contas dos Poderes, querem que a Assembleia preste contas de tudo, mas por que não perguntam ao Poder Judiciário porquê não presta contas do que faz? Do FUNREJUS, não presta contas das diárias, não presta conta do prédio aqui do lado, não presta conta do banco que tem ali, por que não presta conta? Só a Assembleia tem que prestar contas? O tribunal de Contas não presta contas, o Ministério Público também tem contas, já fez até acerto de conduta, que eu nunca vi isso para Prefeito, mas para eles têm.

Então, Srs. Deputados, aqui deveriam começar a se rebelar os Prefeitos do interior, sofridos, muitas vezes massacrados em alguns Poderes, obrigados ao trabalho forçado da política para alguns Poderes, obrigados ao trabalho forçado da política para alguns, vou repetir a frase: obrigados, forçados, como os escravos eram para trabalhar para alguns poderosos, porque senão nada acontece.

Vinte e cinco por cento da Educação tem que cumprir, tem um monte de Prefeito, inclusive o Deputado Péricles está aqui, não cumpriu os 25%, diz a lei, está sofrendo, outros Prefeitos não cumpriram os 25% da Educação, contas rejeitadas, Lerner não cumpriu nenhum ano os 25%, todas as contas aprovadas. Não é verdade, Professor Lemos? V. Exa. deveria subir aqui e contar isso ao povo do Paraná. Agora o senhor é Deputado, não é mais Presidente da sua entidade, poderia fazer um pronunciamento aqui e contar ao povo do Paraná que as contas do Jaime Lerner foram aprovadas, oito anos irregulares. Ninguém fala. As do Requião também, na Educação, mas ele fez depois o acerto contábil e aumentou de 25 para 30, para justificar, pelo menos ainda fez, aumentou para 30% o investimento da Educação.

Eu sei que a imprensa não vai falar disso, não gosta de falar, não interessa só interessa falar mal de Deputados. Agora, falar dos outros Poderes ninguém quer falar. Mas deveriam perguntar quanto ganha um Desembargador, quando ganha um Conselheiro, quem recebeu aquele famoso acordo lá trás, a URV. A Assembleia não recebeu, os funcionários do Estado não receberam, mas teve poderosos aí que receberam. Mas ninguém vai falar: “Deixa o Jocelito falar lá, não dá nada, todo mundo foge”. Tem gente que tem medo da Justiça como o diabo tem medo da cruz.

Então, é possível falarmos disso que estamos falando aqui, porque tem gente se negando a dar informação, e tem companheiro por aí que não quer dar informação. Tem que dar também. Vamos cobrar de todos os Poderes. Tem Poder por aí que está fugindo da informação como o diabo foge da cruz, gente que deveria dar exemplo.

Nos próximos dias eu vou trazer aqui, estou levantando uma história muito terrível envolvendo um Poder, e vou ter coragem de falar aqui. Sei que depois já vem a resposta aqui, não tem problema, estou preparado psicologicamente e fisicamente para tudo, não tem problema nenhum, mas ninguém vai segurar o que tem que ser feito, porque tem Poder que pousa de bacana, lindo, bonitinho, e deve muito a este Estado; como tem muito político que adora fazer discurso, afora falar dos outros, e deve muito mais.

Então, haverá a hora que a imprensa também começa a cobrar os outros Poderes. Cobrem os outros também, cobre o Ministério Público, cobrem o Tribunal de Contas, o Poder Judiciário, que também tem que prestar contas, não é só Deputado que recebe verba diária, não é só aqui não. Não é só aqui que tem gratificação.

Queria deixar isso aqui registrado, fiquei perplexo, com todo respeito que devo ao PSDB, ao ver Arthur Virgílio, José Sarney dizer que são réus confessos e não vai dar em nada!

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje tivemos uma reunião da CCJ muito debatida e me sinto na obrigação de agradecer aqui aos membros da comissão, inclusive os membros que manifestaram a posição contrária, como o Deputado Tadeu Veneri e o Deputado Luiz Claudio Romanelli no início, e depois acolheu a nossa emenda, com certeza entendendo que essa lei não pode sair desta Casa com qualquer tipo de dúvida. Até porque sabemos que algumas leis, principalmente leis ambientais, na mão de uma pessoa que quer usar o poder para se impor com relação aos agricultores, seja ele pequeno, médio ou grande, ele pega até uma vírgula para criar empecilho àqueles que produzem.

Essa lei, no seu texto original, dizia no artigo 38, alterando o artigo 53 da lei de 1998, que os pequenos produtores do Estado do Paraná serão isentos do pagamento pela utilização da água, desde que o consumo seja insignificante. Mas a lei não diz o que é insignificante. Mas o que me assustou e que me motivou a fazer essa emenda, foi o artigo 16 dessa lei, que dizia que o Governo, o Poder Executivo, através de decreto, vai regulamentar o que é insignificante, o preço da água.

Então, entendemos que esta Casa, o Poder Legislativo tem que funcionar para aprimorar a mensagem. Essa emenda, que foi apresentada pela Comissão de Finanças, foi relatada pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli contrariamente. Solicitamos vistas e hoje fiz um voto separado, acrescentando uma subemenda, porque não constava a avicultura como um dos segmentos que seriam beneficiadas pelo não pagamento do uso de água. E depois de muito debate, principalmente dos Deputados que têm um contato com a agricultura do Estado do Paraná, Deputado Douglas Fabrício, Deputado Nereu Moura, que representa a Região Oeste, que tem muitos aviários, o Estado do Paraná é o primeiro produtor de frangos, produz 26% da produção de frangos do Brasil.

Um frango consome 35 litros de água. Hoje num aviário, são 15 mil frangos. Quer dizer, teremos aí em torno de 500 mil litros de água. Isso é significativo? É muito significativo, dependendo da vazão da água que tiver. Agora, temos propriedades com três alqueires de terra que têm cinco aviários, até porque é uma fonte de renda para esse pequeno produtor, e se ele tiver que pagar de acordo com o volume de água, inviabilizará esse pequeno produtor. Assim como inclusive um Deputado lá falou, seja irrigada. Não conheço nenhuma plantação de soja irrigada.

O grande produtor não usa água, porque as grandes propriedades, ou é pecuária, onde não é compatível, e onde é compatível é soja. Eles não fazem irrigação, mas não podemos discriminar, porque daqui a pouco, um aviário numa propriedade de 30 alqueires, esse frango vai ter um custo maior do que aquele frango produzido numa de três, e a água para agricultura do Estado do Paraná não é desperdiçada. Eu desafio aqui a me mostrarem um agricultor que desperdiça água ou que joga água fora. Ele usa o suficiente para a sua produção.

Quero agradecer, enaltecer aqui o Deputado Augustinho Zucchi, a postura do Deputado Duílio Genari que esteve ao lado, não ao meu lado, porque fiz essa emenda na qualidade de representante, e é essa qualidade de representante que procurei assegurar com essa emenda, para que através de decreto o Governo não possa, a qualquer momento, seja este Governo ou o futuro Governo, estipular a cobrança ou estipular o que é significativo. Para que, se eventualmente tenha que cobrar a água em algumas atividades, essa cobrança passe por esta Casa, porque esta é a Casa dos representantes.

Somos em apenas 13 Deputados na CCJ, mas 13 Deputados que têm que discutir muitas vezes a questão técnica. Entendemos que dar esse tratamento privilegiado à agricultura nada mais é do que reconhecer que a água é um bem natural que está escasso, mas que em relação ao setor produtivo do Estado do Paraná não podemos onerar ou criar qualquer perspectiva de onerar, porque hoje já estão muito intranquilos.

Então, quero aqui reconhecer a postura e o apoio que tive do Presidente Deputado Amaral, dos Deputados Duílio Genari, Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Nereu Moura, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, que tinha anunciado que também acompanharia essa emenda.

Com certeza, o debate fez com que enriquecesse essa emenda e fizesse com que o Líder do Governo viesse acolher essa emenda no seu substitutivo. Então, quero agradecer o apoio do próprio relator, Deputado Romanelli, quer reconheci, ontem mesmo, que tinha certeza que teria sensibilidade de acatar essa emenda que está aprimorando o projeto do Governo.

Temos que disciplinar o uso da água no Paraná? Temos, mas temos que disciplinar em cima daqueles que desperdiçam e não é em cima da agricultura do Estado do Paraná. A agricultura vai desde a familiar até aquela agricultura que, às vezes, tem 30, 40 alqueires, e pode ser considerado um fazendeiro.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Reni, me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero parabenizar V. Exa. por esse tema. V. Exa. tem estudando, tem se aprofundado, tem dado as sugestões e, naturalmente, para melhorar o projeto.

V. Exa. fala em desperdício, que ninguém quer o desperdício. Uma coisa que temos que analisar é a taxa mínima de água, se paga os 10m³, lá tem gente que não consome esses 10m³ e paga. Já sei de pessoas que, por não consumirem e terem que pagar, muitos saem lavando calçadas, desperdiçando a água justamente porque o Governo mantém essa taxa mínima. Uma coisa que temos que discutir, voltar em outros momentos, é para acabar com essa taxa mínima da água, para que a pessoa pague o que consome. Dessa forma, estaremos incentivando a economia. Se a pessoa economizar água vai pagar menos. Não é só a questão da renda, que os de baixa renda queremos que paguem cada vez menos, mas de uma maneira geral.

Parabéns!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Já existe o projeto do Deputado Augustinho Zucchi, que está inclusive presidindo a Sessão. O Projeto já veio aqui para Assembleia com relação a esse tema. Acho realmente muito importante para que possamos votar com a maior celeridade possível, porque realmente é assunto de grande importância para o Estado do Paraná.

Parabéns.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Muito obrigado, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Douglas, mas se me permitirem vou fazer uma correção: essa cobrança de água é a água tratada. O que estamos falando é aquilo que era um fantasma, é um fantasma, porque é a cobrança da água do rio, da sanga, da mina, do poço artesiano, que passará a ser cobrada no Estado do Paraná. E o que estamos fazendo, através dessa emenda, é garantir, em letras garrafais, como disse o Deputado Nereu Moura, que os agricultores do Paraná não pagarão pela água, porque se eles tiverem que pagar, em muitos casos, vamos inviabilizar a agricultura.

Então, quero aqui reconhecer também o empenho dos Deputados, que no final do ano, juntamente com o Líder do Governo, havia uma pressão para que votasse ainda no ano passado, não votamos, para que pudéssemos justamente melhorar essa legislação.

Quero agradecer também a oportunidade que o Deputado Edson Strapasson me deu para relatar, e foi na qualidade de relator que eu consegui fazer essa emenda, em nome da Comissão de Finanças. Tenho certeza que o Plenário aprovará essa emenda, porque aqui todos, de uma maneira direta ou indireta, representam a sociedade paranaense. E o estado do Paraná, não é esse Governador,

ou o que antecedeu, ou o que vai lhe suceder, deve muito à agricultura do Estado do Paraná. O Estado do Paraná é hoje um dos Estados mais ricos da Federação, não porque tem somente mãos governantes, é porque os agricultores tiveram um papel muito importante e têm ainda, as cooperativas da nossa região, da Região Noroeste do Estado, da Região Central, do Sudoeste, tinham, têm e continuará tendo.

Agora, o que podemos fazer é usar a lei como aliada do desenvolvimento e nunca gerando dúvidas de interpretação e criando obstáculos ao desenvolvimento.

Então, agradecer mais uma vez o apoio de todos e já contar com o apoio do Plenário, principalmente o apoio do Líder do Governo, que foi muito sensível e sensato acolhendo essa emenda em seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário do Partido dos Trabalhadores: com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello**O SR. PÉRICLES DE MELLO**

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Comemoramos no dia 11 de agosto o Dia Internacional dedicado à Resistência e à Reafirmação da Vida da Cultura Indígena. Acho que esse dia tem que ser lembrado aqui entre nós, principalmente pelo fato de eu participar e coordenar a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, uma ação da qual muito me orgulho.

Os povos indígenas fazem parte também dos povos e comunidades tradicionais. Sabemos da situação de extrema pobreza que vivem os povos indígenas no Brasil, no mundo inclusive, mas no Brasil principalmente. No Paraná uma situação muito precária, de extrema pobreza, carências muitos graves, é um povo que sofreu, na verdade, um genocídio. Pressume-se que eram 5 milhões de índios no Brasil, na época do descobrimento, hoje temos menos de 500 mil, no Paraná um pouco mais de 10 mil. É importante lembrarmos essa data e manifestarmos a nossa solidariedade aos povos indígenas.

Estou retomando um trabalho que fiz quando fui Deputado, antes de ser Prefeito de Ponta Grossa. De 1995 a 2000 iniciei nesta Casa um projeto de lei criando o gabinete dos povos indígenas do Paraná. E houve uma resistência surda, velada, e eu acabei não podendo aprovar o projeto. A minha ideia não era que o gabinete tivesse um Deputado índio, o que pode vir a acontecer no futuro, alguns Países já dispõem dessa ação legislativa, desse princípio legislativo, mas a nossa ideia é que os povos indígenas paranaenses expusessem uma estrutura semelhante, ou um pouco menor que a estrutura que um Parlamentar dispõe e, democraticamente, escolhesse os representantes, assessores, que poderiam trabalhar pela preservação dos povos indígenas, pelos seus direitos.

Também ter um diálogo permanente com os demais Parlamentares, no sentido de influenciar a feitura de uma legislação, a favor dos povos indígenas.

Comecei novamente neste mandato, no qual trabalho, de coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais. Deixar essa manifestação de solidariedade e lembrar dessa comemoração tão importante do dia 9 de agosto.

Comemoramos hoje o Dia do Estudante. Saudar os estudantes, como diz Violeta Parra: “Que vivam os estudantes, jardim de nossas alegrias. são aves que não se assustam, nem de animais, nem de Polícia.” Quando fui estudante, essa música era muito cantada no meio estudantil. sabemos que hoje existe uma crise de formas de organização social. O próprio partido político é uma entidade social e política que está em crise profunda. Os partidos viram, cada vez mais, máquinas eleitorais, que têm uma função principal de colocar candidatos nas eleições. Há também uma crise do movimento estudantil. Há algumas entidades que resistem bravamente.

Cumprimentar a UPE. Ontem era para ser a posse da nova diretoria, e em função do que aconteceu com a sua casa, foi adiada para a semana que vem. Estarei lá, com muita satisfação, como Presidente da Comissão de Educação e Cultura, na tomada de posse da nova diretoria. Parabenizar esses bravos estudantes, que lutam por suas causas, por uma sociedade justa e fraterna, que não perderam os seus sonhos, que ainda são um farol que nos ilumina e dá forças para os nossos sonhos, ao acreditar que uma mudança social é possível.

Recebi hoje um grupo de estudantes da UPES, denunciando o que aconteceu na casa. Foi uma venda fraudulenta, por parte de uma diretoria antiga da UPES, por R\$ 7 mil, que foi embargada na Justiça, denunciada. O advogado que comprou, vendeu para uma incorporadora e esta conseguiu uma liminar na Justiça e violentamente foram lá e demoliram uma casa pré-fabricada, feriram os estudantes, que agora estão acampados no local, resistindo.

Queremos manifestar o nosso apoio. Acho que temos que fazer uma comissão e conversar com o Governador do Estado, para que também o Governo, o Poder Executivo não só do Estado, mas também do Município, e porque não o Prefeito Beto Richa, que nos ajudem a encontrar uma solução, para que seja mantido esse patrimônio de uma entidade que tem toda uma história, que é a UPES.

Concedo um aparte ao Deputado Professor Lemos.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Cumprimentá-lo por mais esse pronunciamento. V. Exa. sempre traz a esta tribuna temas relevantes para o Paraná e o povo. Hoje os estudantes foram homenageados, neste dia 11 de agosto. Eles que nos dão muitas alegrias nas escolas. Sou professor há 26 anos no Estado do Paraná. Eles são a razão da nossa luta por melhores condições de trabalho e de educação no Estado do Paraná. Temos hoje mais de 2 milhões e meio de estudantes, só na rede pública,

que somados à rede privada, alcançaremos próximo de 3 milhões no Estado do Paraná.

Parabenizar os estudantes e dizer que hoje, às 19h, eles estão convidando os Deputados e demais autoridades, onde foi demolida a casa, naquele ataque brutal que foi feito na sexta-feira aos estudantes, para um ato público. Quero também me integrar a esse grupo de Parlamentares na defesa de que os estudantes que lá se instalaram, em 1950, tenham o direito de ter esse espaço devolvido, que é legítimo dos estudantes.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Professor Lemos, por seu aparte. Estaremos lá junto com V. Exa. e outros Deputados, nos solidarizando com os estudantes da UPES;

Srs. Deputados, eu comentava também hoje, na hora do almoço, com a Deputada Rosane Ferreira do PV, um artigo muito importante de Alfredo Sirkis, A Hipótese Marina, na Folha de São Paulo, onde ele, como militante do PV, que é um dos autores dos livros carbonários, político muito respeitado no Brasil, faz uma análise muito interessante. Eu que sou do PT, o que menos quero é que Marina Silva, que é um símbolo nosso, saia do nosso partido. Sou obrigada a elogiar este artigo. Acho que o PV é um partido que sempre mereceu o nosso respeito e que entra em uma nova fase, coincidentemente, uma fase liderada no Paraná pela Deputada Rosane. Sei que o PV está muito forte nas próximas eleições, mas é uma hipótese interessante que ele trabalha, com a hipótese de lançar Marina Silva, com tudo que representa para o Brasil, como candidata a Presidente, ela sendo a liderança capaz, do Partido PV, de produzir um novo período histórico para o Brasil, de um modelo centrado na defesa do meio ambiente, no desenvolvimento sustentável, na fraternidade, na justiça social.

A hipótese que ele trabalha é a seguinte: que os dois Partidos, da Social Democracia Brasileira, que ele chama de PSDB, de um lado, e PV de outro, como na disputa do poder entre esses dois partidos há um conflito insanável digamos assim, que não se resolve. Esses partidos, para governar, são obrigados a se aliar ao que ele chama de partidos do atraso, a parte atrasada do Brasil pelo conflito entre si.

E ele coloca a hipótese de que o PV teria esta capacidade de dirigir um processo político de transformação social, porque ele teria a capacidade de diálogo tanto com o PT como com o PV. E é muito interessante. Mas o interessante no artigo é que ele faz uma crítica que precisava ser feita sempre, sobre a questão da política, porque hoje a nossa crítica é moralista. A política é a responsável pela tragédia brasileira, porque os políticos, na verdade, são um bando de corruptos, e toda lógica da imprensa brasileira é a denúncia moralista do político, a demonização, digamos assim, da política. Como acho que ninguém é demônio político, como qualquer ser humano, em qualquer representação, ele é fruto das condições sociais das determinações da sua ação.

Então, eu por exemplo, acho que só se vai resolver esta crise moral da política brasileira o dia que mudarmos e fizermos uma reforma política consiste, que passa pelo processo eleitoral. Enquanto continuar no Brasil um processo eleitoral deste tipo, em que a pessoa para se eleger tem que arrumar dinheiro de alguma forma, o voto é individual, portanto o político, para agradar o seu eleitor, precisa ser bem intencionado em todos os momentos da sua vida para ceder ao clientelismo, ao populismo, a uma série de ações. Enquanto não se resolver esta questão de base, os problemas vão continuar acontecendo.

E nos choca muito que quando surge uma proposta no Congresso Nacional para fazer uma reforma política em que os Deputados, os Parlamentares...

(término do tempo)

... seriam eleitos em listas partidárias, ou seja, o eleitor votaria, teria um voto ideológico, ele escolheria aquele coletivo, o partido que melhor se adequasse à sua visão de mundo. Isso ia dissolver essa relação pessoal com o Parlamentar e, ao mesmo tempo, o financiamento público permitiria que as pessoas se candidatassem, independente do poder econômico que tivessem, e não se submetessem a nenhum poder econômico. O Estado seria o mediador, que é isso que o Estado tem que ser

O que é um Sistema de Saúde? Ele media a desigualdade. Todo mundo tem direito a ele. A eleição também tinha que ser assim. Todas as pessoas, pobres ou ricas, tinham que ter direito a se candidatar em condições iguais e poderiam se expressar através de um financiamento público.

Isso é achacado, a imprensa atacou de todas as formas, se deu pouquíssimo espaço para este debate, quando o Brasil parece que é um dos únicos Países do mundo, três ou quatro Países do mundo que têm eleição desta forma. Os Países mais avançados superaram este tipo de eleição, mas quando vai se debater uma coisa que tenha transformar em profundidade este debate...

(término do tempo)

... elogiar o artigo do Alfredo, porque ele toca com propriedade também nesta questão da reforma política no seu artigo, que eu elogio, apesar de torcer para que a Marina fique no PT. Tenho que dizer que é uma abordagem muito interessante e dar parabéns ao Partido Verde.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PMDB, com a palavra o Deputado Teruo Kato.

Liderança do PMDB: Deputado Teruo Kato

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Desde que cheguei aqui na Assembleia tenho feito um trabalho em defesa da Educação, principalmente a

Educação básica de qualidade e também à escola em tempo integral. Felizmente tenho conseguido grandes parceiros nessa luta, um deles o ex-Prefeito de Apucarana, Padre Walter, e também o apoio, bastante consistente, da nossa Secretária da Educação, Professora Yvelise Arco-Verde.

Em 2007 fizemos várias Audiências Públicas através da nossa Comissão de Educação, com o apoio e a participação efetiva do nosso Presidente da Comissão, Deputado Péricles de Mello, e essas Audiências foram importantes na medida que pudemos levar a várias regiões do Estado informações e experiências importantes de alguns Municípios que já implementaram a escola em tempo integral.

Em 2008, numa parceria com a FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná, também a FACIAP - Federação das Associações Comerciais e outras importantes entidades, fizemos também um movimento importante que foi o Movimento das Cidades pela Educação Básica, ou seja, fazer com que através desse movimento pudéssemos sensibilizar principalmente as autoridades e lideranças para dar uma maior atenção à questão da Educação.

Neste ano de 2009, através de uma resolução da Secretaria da Educação, a professora Yvelise formou uma comissão de apoio à implantação de escola de tempo integral no Estado do Paraná. Fazem parte dessa comissão a professora Elisane, da Secretaria da Educação; o ex-Prefeito de Apucarana, Walter Pegorer; Marília Machado de Souza, representando o Conselho Estadual de Educação; a Sra. Regina de Cássia Bley, representando a Secretaria de Estado da Criança e Juventude; a professora Valéria, também da Secretaria da Educação; o Sr. Ademir Mendes, também representando a Secretaria da Educação; o professor Cláudio Aparecido da Silva, representando a UNDIME; eu, Deputado Teruo Kato, representando a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, com o devido respaldo do nosso Presidente, Deputado Péricles de Mello.

No dia 9 de julho esta comissão se reuniu e já iniciou os trabalhos com o objetivo de se elaborar uma proposta que sirva de instrumento e de orientação aos Prefeitos, já que muitos Prefeitos, durante a campanha, se comprometeram à implementação da escola em tempo integral, porque muitos deles têm essa consciência de que esse é um dos caminhos para que possamos melhorar não só a qualidade da Educação, mas também se fazer justiça, principalmente àquelas crianças de famílias pobres, que somente através desta forma é que terão a oportunidade também de sonhar com uma vida melhor através dos estudos.

Só para reforçar que o movimento está crescendo, posso dizer que o Governo Federal, também, já vem olhando com bons olhos esse Movimento em Defesa da Educação em Tempo Integral. É por isso que o Governo Federal já está repassando aos Municípios 25 a mais por aluno que esteja em período integral.

Além disso, ainda está repassando três vezes mais recursos para a merenda, já que no período integral são necessárias as refeições: café da manhã, almoço e café da tarde.

Então, isso quer dizer que o Governo Federal realmente está caminhando nesse sentido. Por isso, através do Programa Mais Educação no âmbito do PDE, também montou um grupo de trabalho que no ano de 2008 se reuniu e montou toda uma proposta contendo informações extremamente importantes para que esse tema seja debatido a nível nacional.

Nesse trabalho verificamos que a perspectiva é que possamos sonhar com uma escola onde possamos universalizar o acesso, a permanência e a aprendizagem com qualidade na escola pública.

Neste sentido também avançamos em muitas outras questões, já que nesse próprio trabalho, elaborado em Brasília, através do MEC, se colocam temas importantes, a relação entre a escola e a comunidade, o tempo e o espaço da Educação integral, a formação de educadores, a questão dos recursos, já que serão necessários mais investimentos e também a criação de redes sócio-educativas.

Ou seja, a Educação passaria a ser o centro catalisador da comunidade, e os envolvimento da comunidade seriam extremamente importantes: os empresários, as lideranças, a sociedade organizada de um modo geral, e principalmente os alunos.

Gostaria de ceder o aparte ao Professor Lemos.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Gostaria de cumprimentá-lo mais uma vez, Deputado Teruo Kato, pela sua luta incansável e importante na defesa da Educação no Estado do Paraná, especialmente, na defesa de Educação em tempo integral.

V. Exa. apresentou esse projeto nesta Casa, cheguei aqui este ano, li o projeto, acho fundamental que seja votado, sancionado pelo Governador e implementado no Estado do Paraná. Por quê? Porque com certeza vai dar mais qualidade à escola pública do nosso Estado. Ele serve de parâmetro e contribui para que os Municípios também debatam e implantem.

Estivemos em vários momentos, pelo Estado do Paraná, debatendo. Lá em Jaguapitã, por exemplo, já estão trabalhando no sentido de implementar.

É muito importante que o senhor continue fazendo essa luta, importante para todos nós Deputados Estaduais nos integramos, nos somamos a essa luta para que possamos ter, de fato, a Educação em tempo integral no Estado do Paraná. Ganha o Paraná e sua população.

Parabéns por essa iniciativa e por essa importante luta.

O SR. TERUO KATO (PMDB)

Professor Lemos e professora Rosane, tivemos uma reunião ontem dessa comissão e estaremos fazendo visitas aos Municípios onde estão sendo desenvolvidas experiências em tempo integral, e no próximo mês, em

setembro possivelmente, estaremos fazendo um grande encontro com Prefeitos para que possamos levar informações aos Prefeitos que queiram implementar as escolas em tempo integral e que possa fornecer o manual e um passo a passo para que a escola em tempo integral avance em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há mais oradores inscritos,

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 828/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a ampliação do uso dos créditos de ICMS gerados pelos produtores rurais, na aquisição de óleo diesel e de maquinários agrícolas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 829/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda que seja ampliada a possibilidade de negociação dos créditos do ICMS gerado na aquisição de óleo diesel e maquinários agrícolas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 830/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado que determine a liberação das servidoras públicas estaduais gestantes, durante o período de inverno, do cumprimento da jornada de trabalho, como forma de prevenção do contágio da Gripe A (H1N1). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 831/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde a aquisição de 01 (uma) ambulância para o Município de Nova Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 832/09, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde o repasse de recursos financeiros e materiais à Fundação Hospitalar Harry Guido Greipel, com sede no Município de Piên. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputados Stephanes Júnior, Osmar Bertoldi e Tadeu Veneri, constante do expediente de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3842, de autoria do Deputado Mário Roque, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 10 de agosto do corrente ano, em virtude de compromissos oficiais (reuniões) assumidas no Município de Paranaguá. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento n° 3856, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 12 de agosto do corrente ano, para participar de uma reunião com o Sr. Alexandre Gomes Barros, diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para tratar de assuntos referentes à implantação do aeroporto de cargas do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Estou apresentando na Sessão de hoje o requerimento que pede a convocação do Secretário da Segurança Pública, estou colhendo mais assinaturas, já temos 11, e amanhã estarei protocolando na Sessão Plenário.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**
Perfeitamente.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 357/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que denomina Colégio Estadual Lindamir Alberti - Ensino Fundamental e Médio, o Colégio Estadual Esperança - Ensino Fundamental e Médio, no Município de Colombo. **Aprovada. (Publ. no DA n° 097/08, de 19/08/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 015/09, de autoria do Tribunal de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de junho de 2009, Resolução n° 003/04. **Aprovada. (Publ. no DA n° 085/09, de 04/08/09, em 1ª Discussão).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 001/09, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 1051/08, que acresce parágrafo único e altera o artigo 36 da Lei Estadual n° 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 056/09, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que proíbe a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR de interromper o fornecimento dos serviços de água e esgoto, nos casos que especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário n° 01, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 01 AO PROJETO DE LEI N° 056/09

Art. 1° A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, só poderá instituir cobrança pela prestação de serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos, se efetivamente executar tais serviços, ficando vedada a contratação de cobrança por serviços prestados por terceiros.

Art. 2° Os serviços de coleta de resíduos sólidos deverão ser cobrados em faturas separadas.

Art. 3° Os contratos de cobrança de serviços de coleta de resíduos sólidos prestados por terceiros em vigor, devem ser rescindidos até o dia 31/12/09.

Parágrafo Único - Em caráter excepcional e a critério do Chefe do Poder Executivo, os serviços de que trata esta lei poderão ser cobrados ou mantidos pela SANEPAR, desde que em Municípios com população até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/08/09.

(aa) CHICO NOROESTE
BETI PAVIN

Apoioamento:

Jocelito Canto, Douglas Fabrício, Dobrandino da Silva, Nelson Justus, Jonas Guimarães, Augustinho Zucchi, Mário Roque, Alexandre Curi, Professor Lemos e Elio Rusch.

O Projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública o Lar dos Idosos Santa Rita de Cássia, com sede e foro no Município e Comarca de Barbosa Ferraz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/09, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que declara de utilidade pública a AMIM - Associação da Melhor Idade de Mandaguari, com sede e foro no Município de Mandaguari. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/09, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF da Escola Estadual Indígena Jykre Tãg, com sede e foro no Município de Chopinzinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/09, de 06/07/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 348/09

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários, APMF Escola Estadual Indígena Jykre Tãg, com sede e foro no Município de Chopinzinho/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98 que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somo de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 04/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Incentivo à Cultura, com sede e foro no Município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/09, de 08/07/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 353/09

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Incentivo à Cultura, com sede e foro no Município de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98 que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 04/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 3597, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB (Para Encaminhar))

Vou encaminhar no sentido de recomendar a aprovação do presente requerimento, tendo em vista que ele é de relevante interesse público. E o subscritor fundamentou bem o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 3626, de autoria do Deputado Mário Roque, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Da mesma forma, o tema tratado pelo Deputado Mário Roque é de relevante interesse público e merece ser analisado por parte do Governador Roberto Requião. Por isso recomendamos a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 3700, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, também queria recomendar a aprovação do presente requerimento, tendo em vista que é absolutamente importante que eles possam ser votados, até porque já até nasceu cabelo num Parlamentar e este meu projeto da unificação da data dos vestibulares não anda nesta Casa, por conta de um lobby poderoso da indústria das taxas. Mas, quero encaminhar favoravelmente.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na verdade, quando pedimos desanexação destes dois projetos é porque tratam, inclusive, de matérias similares. Mas num deles, do Deputado Antonio Anibelli, no seu artigo 2º, tem uma proposta completamente diferente do outro projeto.

O projeto que é do Deputado Luiz Claudio Romanelli prevê que tenhamos uma única data para os vestibulares das universidades estaduais do Paraná. O projeto do Deputado Antonio Anibelli prevê isso, mas prevê também que só possam fazer vestibular nas universidades estaduais aqueles que já estejam morando no Paraná há mais de um ano. Então, neste sentido, são dois projetos diferentes.

Por isso, solicitamos a desanexação, e obviamente que no momento apropriado vamos fazer debate a respeito, inclusive do projeto, porque tem parecer contrário a fazermos numa data só. Talvez possamos, Sr. Presidente, depois, na sequência, vamos discutir com o Deputado Luiz Claudio Romanelli, e a partir daí termos a funcionalidade do projeto.

Por isso, concordo também que aprovemos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 3761, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria retirar este requerimento, tendo em vista que está prejudicado pela aprovação do requerimento do Deputado Tadeu Veneri.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente retirado, por solicitação do autor.

Requerimentos nºs 3820 a 3822, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3823, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3825 a 3839, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3843, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3847, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3852 a 3854, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3857, de autoria dos Deputados Ademir Bier e Professor Lemos, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3858, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3861, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3862, de autoria do Deputado Professor Lemos e Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3860, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Ademir Bier, Marcelo Rangel, Elio Rusch e demais Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, esse requerimento é mais completo, e o Secretário da Agricultura, Valter Bianchini, veio a esta Casa e nos apresentou em dois dias as respostas pretendidas pela Bancada da Oposição. Ao mesmo tempo, especialmente o Deputado Fernando Scanavaca, pretende obter mais informações. Já busquei, no âmbito da esfera da competência da Liderança do Governo, obter essas informações. Como há uma dificuldade em termos de informação, não por parte do Secretário Bianchini, mas por parte da Secretaria do Trabalho, entendo que a melhor forma de resolvermos de vez esse tema, de forma regimental, é aprovar o requerimento especificamente nesse sentido de poder obter essas informações.

Então, quero recomendar a aprovação do requerimento, para que possamos, de fato, ter essa informação, que penso que é uma informação interessante e de interesse público. Gosto muito de divulgar esse número, até porque um Governo como o nosso que criou o Programa Leite das Crianças, tem que demonstrar, Deputado Elio Rusch, o quanto fez, em primeiro lugar para poder promover um acréscimo do ponto de vista do valor que o produtor de leite, neste Estado, passou a ter com o Programa Leite das Crianças, de um lado desenvolvendo a bacia leiteira, criando inclusive um mercado muito específico, e ao mesmo tempo mudando completamente a questão dos nutrientes, do valor nutricional que uma criança, justamente naquele momento fundamental da primeira infância, dos seis aos 36 meses, recebe o litro de leite de cada criança de uma família de baixa renda, de uma família pobre do nosso Estado.

É importante esclarecer isso, penso que é importante dar as boas notícias daquilo que o nosso Governo vai fazer. Agradeço a formulação desse requerimento feito pela Bancada da Oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 277/08; 316 e 347/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 348 e 353/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 488/08; 155 e 375/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1792/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7830, datado de 15/06/09, deste Poder,

R E S O L V E :

promover os ocupantes do cargo de taquígrafo conforme descrito abaixo:

1 - por antiguidade: AIRTON CESAR SANTIN, matrícula nº 182, do nível NUD-06 para o nível NUD-07;

2 - por antiguidade: MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHAES, matrícula nº 11, do nível NUD-06 para o nível NUD-07;

3 - por merecimento: REGINA TRINKEL ARAUJO, matrícula nº 185, do nível NUD-05 para o nível NUD-06.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/07/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1856/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6182, datado de 13/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria compulsória a ANNIBAL DUMONT, matrícula 40151, portador do RG nº 1.455.387/PR e do CPF nº 044.682.799-15, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 041/03, conforme sua opção às fls. 20, com proventos mensais e integrais correspondentes à última remuneração, sendo vencimento básico de seu cargo, acrescido de 40% (quarenta por cento) de verba de representação, segundo o artigo 7º da Resolução nº 009/05 e mais 25% (vinte e cinco por cento), correspondente a 05 (cinco) adicionais por tempo de serviço, a razão de 5% (cinco por cento) a cada 05 (cinco) anos, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 25, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa. Os proventos serão reajustados nos mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, com a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação dos cargos.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/07/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1918/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10190, datado de 12/11/08, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - revogar o Ato da Comissão Executiva nº 589/06, publicado às fls. 07 do Diário da Assembleia nº 082, de 07/08/06, e também o Ato da Comissão Executiva nº 006/09, publicado às fls. 37 do Diário da Assembleia nº 01, de 03/02/09.

2 - conceder aposentadoria compulsória a ODILON SANTOS, matrícula 40150, portador do RG nº 257.391-1/PR e do CPF nº 171.321.009-63, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Barbeiro, nível NBB-06, conforme sua opção às fls. 64 do Protocolado nº 10190/08, com os cálculos demonstrados às fls. 16 do mesmo protocolado, de acordo com o artigo 40, pará-

grafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 041/03, com proventos calculados de forma integral, ou seja, correspondentes à última remuneração do seu cargo até a data de 09/10/05, quando completou 70 (setenta) anos de idade, acrescidos de 04 (quatro) adicionais por tempo de serviço, nos termos do artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70. Os proventos serão reajustados com paridade, nos mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, com a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação de cargo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/07/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Ata de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Reni Pereira. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº

575/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 515/08, de autoria do Poder Executivo. Os Deputados Nereu Moura, Francisco Bühner, Reni Pereira e Jocelito Canto SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como cópia do presente projeto de lei a todos os Deputados; 03) Projeto de Lei nº 001/09, de autoria do Tribunal de Justiça - altera o dispositivo da Lei Estadual nº 14277/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 280/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 316/09, de autoria do Deputado Professor Lemos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa, lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 347/09, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 348/09, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 350/09, de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 353/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária